
BOLETIM 3X22

1822

1922

2022





N° 4
ANO
2

Quando você sentir que o céu está ficando muito baixo,
é só empurrá-lo para cima.

Ailton Krenak



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Reitor Vahan Agopyan
Vice-Reitor Antonio Carlos Hernandes



PRÓ-REITORIA DE CULTURA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Pró-Reitora Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado

Pró-Reitora Adjunta Margarida Maria Krohling Kunsch

COORDENADOR

Alexandre Macchione Saes

EQUIPE 3 VEZES 22

Ana Tiecher, Bruna Martins,
Franklin Pontes, Giovane Direnzi,
Lucas Fernandes, Norberto de Assis,
Rafael Pedro e Stephany Barbosa

DIREÇÃO DE ARTE

Giovane Direnzi, Norberto de Assis e
Rafael Pedro

CAPA

Rafael Pedro

CURADORIA

Betty Mindlin, Franklin Cordeiro,
Norberto de Assis e Xindêda Puri

DIAGRAMAÇÃO

Giovane Direnzi e Norberto de Assis

TRANSCRIÇÃO

Ana Tiecher e Bruna Martins

REVISÃO

Bruna Martins e Giovane Direnzi

AGRADECIMENTOS

Abreu Rosi Araujo
Ailton Krenak
Andreia Duarte
Betty Mindlin
Cilaine Alves
Daniel Munduruku
Iram Káv Sona Gavião
Marcos Flaminio
Mirhiane Mendes de Abreu
Sonia Guajajara
Xindêda Puri

O **BOLETIM 3X22**, enquanto canal de comunicação do PROJETO 3 VEZES 22, pretende difundir suas reflexões acerca da história, cultura e produção artística do Brasil, passando principalmente pelos períodos da Independência e do Modernismo para, a partir daí, pensar sobre os dias atuais e o futuro do país. As opiniões expressas nos textos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores.

Todo material incluído nesta revista tem a autorização dos autores ou de seus representantes legais. Qualquer parte dos textos da publicação pode ser reproduzida, desde que citados autor e fonte.

Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin:

Rua da Biblioteca, 21, Cidade Universitária, São Paulo, SP CEP 05508-065

bbm.usp.br/publicacoes EMAIL bbm@usp.br TEL: 11 2648-0310 / 11 3091 - 1154

ABR 2020

BOLETIM 3X22

1822

1922

2022

Pluralidades Indígenas

Após termos expressado nosso Manifesto, questionado o que somos, e entendido o re-voltar-se, nós criamos, assim, de modo consciente ou não, a malha no qual poderíamos nos sustentar para abordar com acuidade e responsabilidade sócio-histórica, os nossos Povos Originários. Este Boletim é o resultado. Foram mais de cinco meses de preparação, em trocas de emails, mensagens de WhatsApp, gravações, conversas e aulas. Para tanto, contamos com a vital curadoria de Xindêda (Diego) Puri e Betty Mindlin. Ele, um indígena e mestrando em Literatura Brasileira, engajado e consciente de sua atuação como indígena e acadêmico. Ela, uma antropóloga dedicada à justiça e valorização da cultura indígena, que mergulhou nas tradições e trouxe ao mundo não-indígena, entre outras coisas, sua Moqueca de Maridos. Sem estes, este boletim não teria surgido. A estes, em especial, a nossa gratidão. Agradecemos com o mesmo apreço a artista plástica indígena Rosi Araújo que gentilmente nos cedeu diversas de suas obras para que pudéssemos trazer a nossa publicação um pequeno esboço da riqueza artística dos povos brasileiros.

Este é o BOLETIM 3X22: Pluralidades Indígenas. Conscientes da importância e da potencialidade do discurso da própria experiência, priorizamos as vozes indígenas para comporem este Boletim. Temos, então, mais à frente, Ailton Krenak com o *Mito do Acampamento Garimpeiro*, em uma condensação mítica, poética, ética e política de nossa trajetória até os desafios e reincidências em nossa atualidade. Sônia Guajajara em entrevista relatando que a luta pela vida indígena não abarca apenas a vida indígena, mas de todos os humanos que habitam esta Terra. Contamos com a colaboração do Prof. Iram Gavião nos trazendo e apresentando o *Mito da Origem da Humanidade pelo povo gavião*. Também, Betty Mindlin nos fazendo uma introdução do percurso pelos direitos indígenas, desde o antigo SPI, o CIMI e chegando aos desafios da FUNAI e das lideranças indígenas no novo contexto sócio-político brasileiro.

A Literatura e a Linguística também tiveram especial relevância em nosso Boletim. Afinal, a literatura foi porta-voz de discursos indigenistas que serviram para a criação de um imaginário popular que não correspondia, e nem corresponde, com a realidade vivenciada pelos povos. Convidamos a prof^a Mirhiane Abreu para abordar o índio alencariano e a proposta modernista de Mário de Andrade. O prof^o Marcos Flamínio para abordar Gonçalves Dias. A prof^a Cilaine Alves para revelar os Movimentos Pendulares existentes no Romantismo Brasileiro. Estabelecendo um diálogo entre a produção literária desses dois últimos séculos, temos Daniel Munduruku na entrevista *A Literatura não é Salvador da Pátria*. Xindêda (Diego) Puri em texto sobre a revitalização das línguas indígenas, em especial da língua puri.

Nossos desejos são de que este BOLETIM contribua com o debate acerca dos Povos Originários em nossa história e em nossa atualidade; de que ele toque seus leitores acerca da importância da defesa das culturas tradicionais dos Povos; e que, principalmente, seja uma leitura prazerosa, instrutiva e conscientizadora. Sendo assim, estejamos juntos nesta nestas páginas. Até mais.

Franklin Cordeiro Pontes e Norberto de Assis

sumário

PLURALIDADES INDÍGENAS.....	06
UMA INTRODUÇÃO	
ENTREVISTA COM BETTY MINDLIN.....	09
MOVIMENTOS PENDULARES DO ROMANTISMO, POR CILAINE ALVES	21
O INDIANISMO DE GONÇALVES DIAS, POR MARCOS FLAMÍNIO.....	25
A LITERATURA NÃO É SALVADORA DA PÁTRIA. ENTREVISTA COM DANIEL MUNDURUKU.....	28
O ÍNDIO ROMÂNTICO NÃO É O ÍNDIO REAL. ENTREVISTA COM MIRHIANE MENDES DE ABREU.....	31
O MITO DO ACAMPAMENTO GARIMPEIRO. ENTREVISTA COM AILTON KRENAK.....	37
UMA LUTA PELA VIDA. ENTREVISTA COM SONIA GUAJAJARA.....	47
MITO DE ORIGEM DA HUMANIDADE NA PERCEPÇÃO DO POVO IKÓLÓÉHJ, POR IRAM KÁV SONA GAVIÃO.....	54
LÍNGUAS INDÍGENAS: PERMANÊNCIAS, RUPTURAS E RETOMADAS, POR XINDÊDA PURI.....	59
ARTE: LUGAR DE TENSÃO. ENTREVISTA COM ANDREIA DUARTE.....	65

PLURAL



Arte: Rafael Pedro

IND

IDADES



ORIGENAS

UMA INTRODUÇÃO

ENTREVISTA

COM BETTY MINDLIN

Antropóloga e professora Betty Mindlin é uma das maiores defensoras das causas indígenas brasileiras. Convidamos a importante antropóloga a nos dar um breve panorama sobre a gigantesca pluralidade dos povos indígenas no Brasil e as lutas enfrentadas por eles nos últimos anos.

Betty Mindlin: Um boletim sobre os nossos povos indígenas, muito mais de 305 se contarmos com os isolados, deve ter como centro as vozes indígenas. São elas as protagonistas que podem contar com força e emoção como estão sofrendo assassinatos, extinção, invasões, e como resistem, gigantes, minoria, grandeza. São quem pode expressar como vivem, qual o caráter comunitário e coletivo de seus valores e que significados atribuem à existência humana.

A maior conquista das últimas décadas, sobretudo depois da Constituição de 1988, é como cresceram as organizações e vozes indígenas, com figuras carismáticas de mulheres e homens. Pela primeira vez temos uma deputada indígena no Congresso, Joênia Wapishana, e uma candidata a vice-presidente em 2018, Sonia Guajajara. Ailton Krenak, que na

Constituição de 1988 já se tornara famoso no país e no exterior, vinha desde os anos 70 sendo fundamental para o movimento indígena. Na atualidade, seus pronunciamentos cresceram para atingir o que fazemos com a terra e a vida, denunciando, como parte atingida, as calamidades de Mariana e Brumadinho. Marivelton Baré, presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), publicou em fevereiro de 2020 um artigo importante contra a mineração em terras indígenas. Lembremos as grandes manifestações indígenas por seus direitos, como as anuais no Acampamento Terra Livre em Brasília, realizadas há 15 anos, tantas outras como a emblemática convocada por Raoni Metuktire em janeiro de 2020 na Aldeia Piaraçu de Kapoto Jarina. Em São Paulo, dezenas de pensadores e militantes Guarani

como Jerá Guarani, Cristine Takuá, Davi Popyguá, Papá Miri Poty. Mapulu Kamaiurá é uma das muitas pajés brasileiras que falam na cidade de seu ofício. Escritores indígenas são cada vez mais numerosos, além dos já clássicos Daniel Munduruku, Olivio Jekupé, Eliane Potiguara, Kaká Werá, Marcia Kambeba, Graça Graúna. Ouvir e ler Cristino Wapishana, Edson Kayapó, Edson Krenak, Timóteo Verá Tupã Popyguá, Yaguaré Yamá, Kanatyó Pataxó é um aprendizado. Nomes tão importantes que exigiriam um censo, nomear alguns apenas é injusto. Davi Yanomami, escritor oral/escrito, Benki Ashaninka e outros representantes sem conta são incansáveis expositores no Brasil e no mundo. Há hoje centenas de organizações indígenas. Há vereadores, deputados, universitários, pós-graduandos, cineastas indígenas, artistas como Jaider Esbell. Surgiram projetos de formação de professores, com educação multicultural nas línguas e em português, como forma de lutar contra invasores, seringalistas, exploração escrava, dominar números. Os pioneiros foram os do Acre, Tikuna, Tapirapé, que estimularam os do Brasil todo. Há exposições de artistas indígenas no Acre, em Belo Horizonte, na UFMG, em vários estados, por vezes mostradas em outros países.

Nos anos 70 e começo dos 80, nem viajar os indígenas podiam. Foi uma luta para que Mário Juruna, primeiro deputado federal indígena (eleito em 1982), fosse em 1980 ao tribunal

Russell, no qual Davi Yanomami também falou alguns anos mais tarde. Se as vozes indígenas são o principal, também os aliados tiveram e têm um papel importante – toda a sociedade brasileira, bem como a internacional devem apoiar reivindicações dos povos. Sempre houve um embate entre os povos e o Estado Nacional, mas nunca vivemos um obscurantismo como o de 2019.

Há alguns anos eu imaginava que a pior vergonha nacional fosse o que o estado faz com os Kaiowá, que há poucos anos disseram que iam se suicidar – forma de dizer que estavam sendo mortos. No filme Martírio, de Vincent Carelli, de 2017, vemos os Kaiowá e outros parentes Guarani em um massacre ao vivo, resistindo com uma coragem alimentada por um amor sem fim à terra e ao povo, por uma religiosidade e rituais sem igual como o xondaro, domínio do corpo e do espírito.

Infelizmente situações como as deles acontecem agora em todas as regiões do país, nossa vergonha nacional cada vez maior. Quem poderia imaginar assassinatos como os dos Guajajara em pleno 2019, ao defenderem suas terras e a vida dos isolados com os quais convivem. Ou que as maravilhosas terras Yanomami que conseguiram ser uma unidade e vencer a absurda demarcação em ilhas cercadas por garimpeiros, povo que perdeu milhares de vida pela cobiça de não índios, são obrigadas a lutar contra 20 mil garimpeiros novamente arrasando sua floresta? Ou a Terra Urueu-au-au,

Segundo o
censo de 2010,
o número de
habitantes indígenas
no Brasil é

896.917

2 a 4 milhões

É o número estimado da
população indígena no
século XVI
no Brasil, segundo o Instituto
Socioambiental.

povo de contato recente , onde nascem todos os rios de Rondônia, vítima de 20 mil colonos invasores, cortando a floresta preservada há tantos séculos? Neste ano trágico, omissão total e pronunciamentos do governo contra os direitos constitucionais indígenas, contra as conquistas das últimas décadas, contra os princípios humanitários têm estimulado invasões, violência, impunidade, destruição da floresta, extermínio de povos, como os isolados, morte de líderes, seres soterrados pelas barragens, obras de grandes empresas. Seremos em breve um deserto de paisagem, sem águas, sem rios? Sem modos de vida milenares, que nos levam a repensar o sistema econômico da desigualdade e das catástrofes ambientais?

As tragédias em sua maioria aparecem na imprensa, em livros, documentários, festivais. As publicações e o site do ISA, Instituto Socioambiental, são uma fonte ágil para quem quiser ter um amplo panorama criterioso do que o Brasil faz com os povos e quem são eles, em uma enciclopédia em construção permanente. O mesmo, com um caráter um pouco diverso, encontramos no CIMI, Conselho Indigenista Missionário fundado em 1972, na época da ditadura militar.

É importante lembrar a resistência e as grandes conquistas, para que sejam preservadas e para que os movimentos heroicos para atingi-las sejam retomados.

O Brasil foi exemplo de projetos humanitários de defesa dos povos, contraponto à história colonial/

imperial que continua na republicana. A criação em 1961 do Parque Indígena do Xingu pelos irmãos Villas-Boas, com contribuição de Darcy Ribeiro e Noel Nutels, é a primeira defesa de terras associada à das culturas originárias, o direito de continuarem com suas línguas, rituais, economia. Antes, tivemos o Marechal Rondon e o Serviço de Proteção aos Índios - SPI, de 1910, como resposta à bandeira do diretor do Museu Paulista, Hermann Von Ihering, de extermínio da população indígena, considerada por ele estorvo ao desenvolvimento e às estradas de ferro do sul do país. O SPI, apesar de sua imensa importância preservando vidas e terras -“morrer se preciso for, matar nunca” , denunciando massacres, tinha no seu bojo a ideia de integração dos indígenas (então nem denominados povos e sim um genérico silvícolas) ao sistema econômico brasileiro, como trabalhadores na escala social inferior. O contato com povos isolados, que se defendiam em ataques aos invasores, foi feito não para garantir sua autonomia e sim para livrar as terras para grandes interesses econômicos. É longa a história do genocídio, em especial durante a ditadura militar 1964-85. Livro seminal como de Rubens Valente, *Os fuzis e as flechas*, contém ampla documentação sobre o que se passou no Brasil todo. Ápices de desumanidade são as mortes e violência contra os Waimiri-Atroari com a perimetral norte e depois a usina de Balbina, ou com os Suruí Aikewara do Pará. Também a publicação da Comissão da Verdade no governo

Dilma Roussef é uma fonte fidedigna de descrição da crueldade para com indígenas e outras populações.

Sabemos que tudo isso não terminou, pelo contrário, parece reaparecer daqui para a frente, desde 2019, com feições ainda mais graves. Eliane Brum, em seu livro recente e em seus excelentes artigos sobre a usina de Belo Monte, mostra com clareza como este processo histórico de poder econômico nunca desapareceu.

É preciso lembrar, justamente por isso, que apesar das forças contrárias, verdadeiros modelos de programas indígenas foram instituídos, que é preciso divulgar, defender e multiplicar. Além do Parque Indígena do Xingu, objeto de admiração mundial, há, financiados pela Eletronorte, o Programa Waimiri-Atroari e o dos Parakanã, dirigidos por Porfírio Carvalho desde 1987 até seu desaparecimento em 2017, compensação aos efeitos letais das usinas de Balbina e de Tucuruí. Neles houve um extraordinário crescimento populacional a partir de um punhado de remanescentes, com preservação de vasta área de floresta amazônica.

A partir de 1987 a FUNAI, representando o governo brasileiro, imprimiu outro caráter à política relativa aos povos isolados. É o de eliminar o contato, sempre deletério, que provoca doenças, mortes e degradação social; mas assegurar as terras e o isolamento dos que aí vivem, impedindo invasões e relações nocivas aos indígenas. Belo exemplo é a atuação indigenista nos Zo'é no

Pará, que após intervenção de missões religiosas com muitas perdas de vidas, a partir desta data retomaram costumes tradicionais, boas condições de saúde e caminho para a autonomia. É uma política em perigo grave na atualidade .

Conquistas a partir dos anos 90 são muitas. Mencionei os programas de educação diferenciada e formação de professores em todo o país, com professores em suas próprias línguas e gestão e conteúdo definido por cada povo, mas com reconhecimento oficial. Eu mesma criei e dirigi durante alguns anos (1992-1998) um projeto educacional para os povos de Rondônia, na ong IAMÁ (Instituto de Antropologia e Meio Ambiente), da qual fui uma das fundadoras em 1987.

Como os dados do Censo do IBGE e do ISA publicam, a partir dos anos 80 mais de 90% das terras indígenas foram demarcadas - porém a maioria com invasões de mineração, garimpos, madeireiras, estradas, hidrelétricas, gado, soja, arrendamentos ilegais. Avanço, pois nos anos 70 nem sequer a metade estava assegurada. Resta, porém, muito a demarcar, sobretudo porque há povos isolados ainda não conhecidos. Nos anos 80, muitas demarcações foram o resultado de movimentos indígenas e sociais em protesto contra grandes projetos econômicos parcialmente financiados pelo Banco Mundial, como o Polonoroeste em Mato Grosso e Rondônia e o de Carajás no norte, que ocasionavam tragédias nos povos indígenas, invasões e expulsão de suas terras.

Como princípios, mesmo que teóricos e nem sempre seguidos, houve avanços. Desde a Constituição de 1988, o reconhecimento dos povos indígenas em sua pluralidade, com direito às terras que tradicionalmente ocupam, às línguas, cultura, educação plurilíngue diferenciada, autonomia, representação, voz. Cai o objetivo de assimilação dos indígenas à sociedade brasileira, que deixariam de ser “índios”, substituído pelo conceito de plena cidadania em concomitância e afirmação dos valores originários, pois são povos, com forma comunitária de vida, com características e línguas próprias, que fazem parte ao mesmo tempo da nação brasileira. Além da Constituição Federal, o Brasil ratificou a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, de 1989, substituindo a de número 107 de 1957, assimilacionista. A Convenção 169 reconhece os indígenas enquanto povos, com direitos coletivos e não apenas individuais e tem força de lei no Brasil. Importante também é a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, de 2007 e a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, de 1996.

3X22: Poderia nos falar sobre alguns projetos com os quais colaborou ou que a inspiram?

B.M.: Há tantos belos projetos de apoio aos povos que só é possível mencionar alguns, seria imprescindível em alguma ocasião descrever e divulgar o que fazem. Sou encantada pela formação de agentes agroflorestais indígenas dirigida por Renato

Gavazzi na Comissão Pró-Índio do Acre, programa já com 23 anos de existência, que deveria ser um modelo para o Brasil todo como reconstituição ambiental pelos habitantes, com forte conteúdo de arte. Exposições e oficinas artísticas têm sido feitas pela AMAAIAC, a associação dos agentes. Esta formação está ligada ao projeto de educação da CPI-Acre, este criado em 1983 e durante décadas dirigido por Nietta Monte, com publicação de livros de autoria indígena famosos como o Shenipabu Miyui. Foi Nietta quem me estimulou e orientou no projeto educacional de Rondônia. Outro projeto que pude acompanhar em algumas ocasiões foi o de educação indígena na UFMG, criado pela professora de literatura Maria Inês de Almeida, que logrou publicar dezenas, talvez uma centena de belos livros indígenas, inclusive de artistas. Agora no Acre, Maria Inês orienta pós-graduação de indígenas. Ainda na UFMG, a música indígena teve o carisma de Rosangela Tugny, com registro e autoria dos Maxacali e outros povos. Ela continua na Bahia com esta trajetória.

O LALLI, Laboratório de línguas e literaturas indígenas, na Universidade de Brasília, criado por Aryon Dall’Igna Rodrigues, falecido em 2014 e agora coordenado por Ana Suely Arruda Câmara Cabral, é um dos mais importantes centros de linguística no país. Em 2018 pude assistir ao Primeiro Encontro de Linguistas Indígenas do Brasil, no qual falaram mestrandos e doutorandos indígenas que estudam

as próprias línguas. Desvendaram conceitos e formas de tradução que viram os nossos do avesso – e que os não indígenas jamais poderiam esclarecer. Um Brasil literário ampliado trezentas vezes através das nossas línguas originárias. Colaborei com Ana Suely em oficinas e viagens a muitos povos.

Marlui Miranda é pioneira, constante até hoje na parceria com os músicos indígenas e em vasta pesquisa da pluralidade musical indígena. Com o privilégio de viajar e colaborar com ela em múltiplas ocasiões, o universo indígena tornou-se outro para mim: com os cantos, letras, instrumentos, puxei fios inauditos dos mitos, literatura e cosmologia de vários povos. Em 1985 lançamos um LP de música Paiter Suruí. Admiro outras musicistas preciosas, como Magda Pucci, minha colaboradora e organizadora do meu acervo musical, Cristina Fargetti, Rosangela Tugny, Kilza Setti – cada uma um farol. Às quais a cantora Djuena Tikuna, que ainda não conheço pessoalmente, soma seu brilho no palco.

Os autores orais indígenas despontam cada vez mais. Como exemplo, o excelente trabalho de Angela Pappiani e Inimá Lacerda, registrando com autores e ilustradores indígenas as narrativas tradicionais e a história do contato – nos Mehinaku, nos Paiter Suruí, nos Xavante e outros. Narradores orais não costumam ser tão valorizados como os escritores, embora os tradutores escrevam de próprio punho, mas são fundamentais, são os historiadores e quem transmite o saber a outras gerações. Tenho muita afinidade com este método. A lista de trabalhos semelhantes com apoiadores dos povos é grande, um feito, uma nova história do Brasil.

No teatro, no cinema, nos eventos e festivais, a presença indígena vibrante, original, fertiliza o país. Há cineastas indígenas em todos os estados. Um grande número filmando com a instituição Video nas Aldeias, conhecida no mundo todo, com um extenso catálogo de filmes.

Instituições culturais abrigam a arte indígena na voz de aliados ou dos próprios sujeitos: Sesc, acolhendo peças como “Gavião de duas cabeças”,

324.834

é o número de
habitantes indígenas
no Brasil em áreas
urbanas

com a atriz e dramaturga Andreia Duarte, que vi mais de dez vezes, o monólogo “Se eu fosse Iracema”, com Adassa Martins, os dias de debates do TePI (Teatro e Povos Indígenas) no Sesc Pompeia em 2018, “Juruá”, da Cia. Oito Nova Dança, com direção de Lu Favoreto, trazendo ao público os Guarani e sua Ronda Xondaro, 48 povos no Abril Indígena de 2019, cursos no Centro de Pesquisa e Formação – CPF-Sesc, lançamento de livros orais e escritos de vários povos. O Itaú Cultural abriga debates, filmes, exposições como a Hunikui, e todos os anos o Mekukradjá. O Instituto Moreira Sales causou impacto com as fotos de Claudia Andujar, com os Tremembé do Ceará cantando e dançando o Torém, entre eles o pajé Luis Caboco com quem trabalhei há vinte anos. Para citar apenas algumas, em toda parte há belas novidades. Não governamentais como o CTI – Centro de Trabalho Indigenista, o ISA já citado, a Comissão Pró-Índio de São Paulo, núcleos de estudos indígenas na USP e em outras universidades, museus, pós graduandos indígenas em todo país. Aqui é mencionada apenas

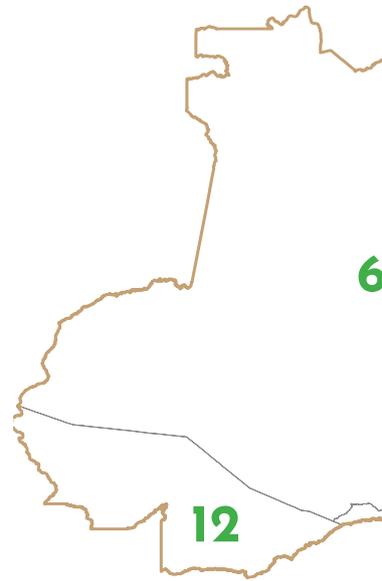
uma pequena parte de tudo que surge em nossos dias. Nada como a presença indígena para seduzir e fazer entender a diversidade e a importância de seu modo de vida.

Agradeço à Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin escolher os povos indígenas como um de seus boletins, cujos temas têm sido fundamentais. Sempre sonhei em ver indígenas pesquisadores explorando os livros antigos dos primeiros viajantes e cronistas, as belas ilustrações, numa indagação própria sobre quem seriam seus antepassados. Não de alargar com seu olhar a história do país. Estes livros devem ter sido a semente que me fez amar os povos indígenas, e plantada entre eles, tornou-se floresta inexpugnável.

O número de
habitantes indígenas
em áreas rurais no
Brasil é

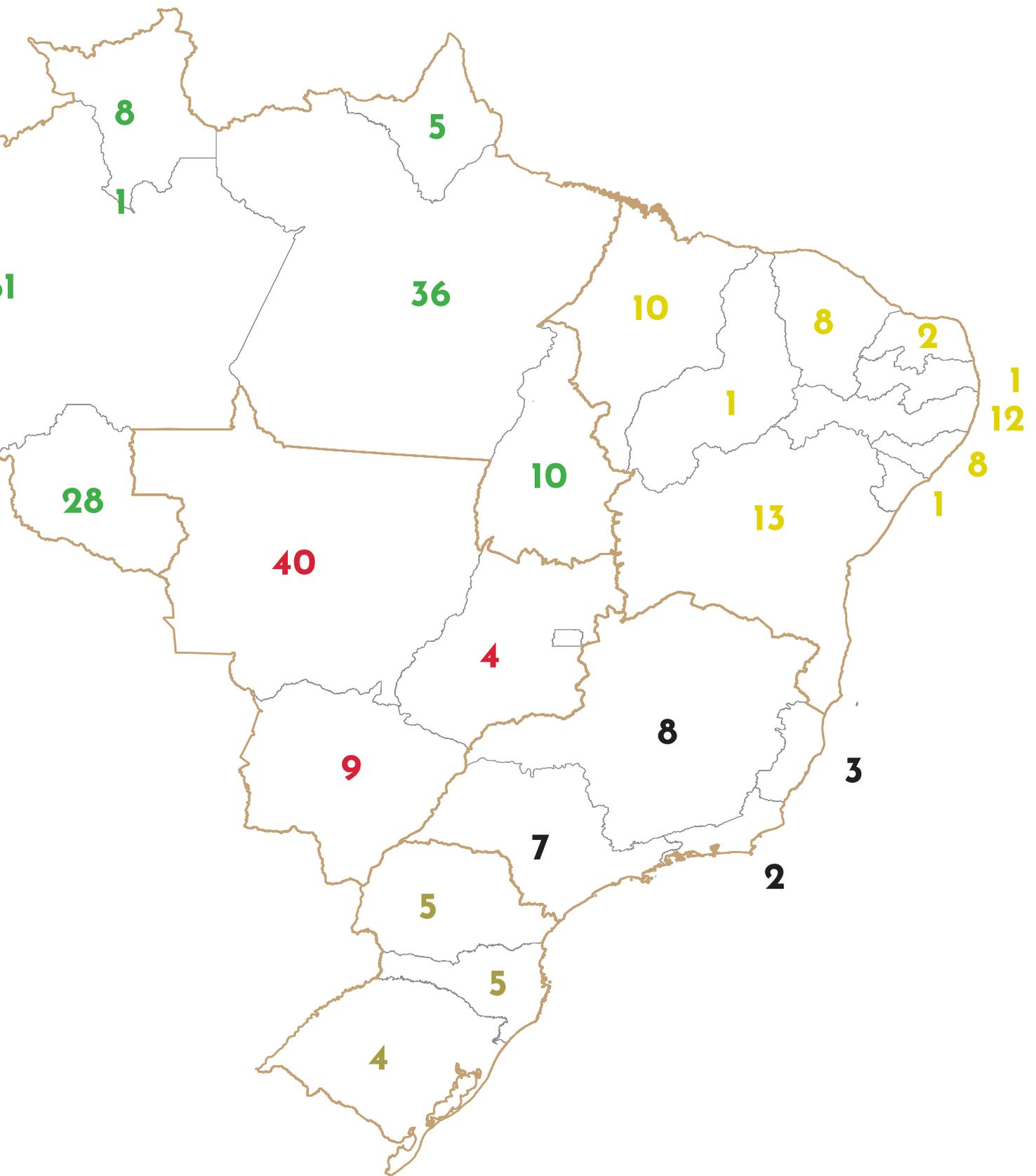
572.083

Povos por estados brasileiros



304

É o número de povos indígenas
no território brasileiro
com ou sem contato com os brancos



NTAÇÃO



Arte: Rosi Araujo

RESENÇA

Movimentos Pendulares do Romantismo

POR CILAINE ALVES

“O romantismo” designa práticas literárias com diferentes posicionamentos éticos e estéticos, em meio às quais algumas se contradizem. Em fins do século XVIII, sua filosofia da arte foi desenvolvida na Alemanha, entre outros, pelos irmãos August e Friedrich Schlegel, Friedrich Schelling, Novalis (Friedrich von Hardenberg), Friedrich Schiller, Jean Paul Richter e Karl W. Solger. Tendo modificado em poucos anos a concepção de história, a historiografia, a história da filosofia, as artes, os costumes e a cultura em geral, o conjunto dessa produção teórica e as diversas práticas artísticas do tempo constituem um campo vasto e heterogêneo, impossível de ser sintetizado por um olhar de compêndio.

No Brasil, as historiografias literárias tenderam, no entanto, a adotar, como traços do “estilo de época” romântico, as características da produção de escritores ligados ao círculo de Pedro

II. Com esse recorte, reduziram o romantismo ao culto da pátria, do gênio, da sensibilidade e da melancolia, às vezes identificando todo ele com os valores da burguesia agrária e escravocrata. Nessa ótica, a grande maioria dos escritores teria celebrado o sofrimento, o conformismo, as pautas do progresso e do evolucionismo. Já se disse inclusive que apenas alguns escritores “extemporâneos”, como Manuel Antônio de Almeida e Sousândrade, teriam se dedicado ao estilo satírico. Mas tudo isso só em parte se confirma.

Entre os princípios da filosofia da arte e na obra de outros escritores românticos encontra-se também uma reação contra a crença de que os valores éticos e as regras de composição da obra de arte possuam natureza supratemporal. Sistematizou-se então o reconhecimento de que esses princípios se delimitam em cada cultura e época particulares. Em sua modernidade própria, certa

tendência do vasto mundo romântico desenvolveu, lá fora e aqui, uma obsessão pela razão crítica, uma revolta contra o racionalismo, a ciência e o mundo “civilizado”. Pela teoria romântica, a literatura pode formular um balanço crítico da tradição pregressa e da imperante e, assim, relativizar a consagração dos modelos artísticos vigentes. Na base da filosofia da ironia romântica encontra-se a proposição de que literatura rebaixa o autoenobrecimento das ideias do próprio escritor que ironiza, assim como de outros. O tempo romântico legou à posteridade a valorização dos contrários, da contradição e da negatividade, manifestada no satanismo, no gosto pelo paradoxo, pelo texto inacabado¹ e pela paródia.

Considere-se, por exemplo, o caso de Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo e Bernardo Guimarães. Embora se diga que esses dois últimos poetas façam parte de uma geração posterior à do autor de “Canção do exílio”, eles compunham sua obra lírica e satírica enquanto este lançava seus Primeiros cantos (1847). Mas a contemporaneidade da obra desses três poetas não implica afinidade de pressupostos nacionalistas, apresentando consideráveis diferenças éticas e estéticas.

Liberal iluminista, é admirável a capacidade poética de Gonçalves Dias para atualizar princípios poéticos do Setecentos, como a clareza, o ordenamento racional das partes de um poema com seu conjunto e o didatismo moral. Mas o poeta também introduziu

imagens inusitadas da cultura local e ritmos inesperados. Sua Meditação propõe que, para que a nação se desenvolvesse em “civilização”, seria necessário extinguir a escravidão, adotar a ética burguesa do trabalho, superar a cultura da violência e o arbítrio patriarcal. Seu belo poema “Urge o tempo” compreende o fluxo da história com duplo vetor: um que voa celeremente, produz novos aspectos e mudança contínua; e outro constante que dissemina o afeto e a fraternidade. Esse último vetor aponta para a crença do poeta em uma força superior capaz de superar as contradições históricas da sociedade brasileira.

No poema “O devanear de um cético” e em outros textos em prosa de sua autoria, Bernardo Guimarães cultiva a dúvida na teologia e na ciência. Exímio produtor de sátiras, o autor de A escrava Isaura, segundo seus biógrafos, tocava violão e flauta muito bem, e teria sido excelente cantor de modinhas e lundus. O ficcionista tardio estiliza de modo problemático os efeitos da violência na vida do escravo, ainda mais se seus romances forem comparados a algumas imagens e poemas da juventude em louvor do afrodescendente.

Álvares de Azevedo, por sua vez, afirma que em seu mundo sem Deus, o crescente predomínio de relações mercantis levaria ao fim da poesia. Seus discursos acadêmicos acusam o desinteresse da monarquia em implementar a educação pública, exaltam o socialismo utópico francês e as revoltas estudantis que, ao longo

¹ CANDIDO, Antonio. Curso de pós-graduação gravado em fita cassete.

da história, emitiram um “brado republicano”. Em uma raríssima vez, até onde se conhece, Azevedo trata da escravidão. Seu poema “Rex lugebit” associa a morte do filho infante de Pedro II a um “bafejar da vingativa escrava,/ Que a sacudir os seus grillhões desperta/ Com beijos de veneno”.

Alguns poemas desses dois poetas acima debocham de tópicos e gêneros líricos em voga, como o nascente culto do trabalho dito “livre”, a figura do gênio, a lírica amorosa e a forma da balada, aos quais eles próprios haviam se dedicado seriamente. Alguns anos depois, Luiz Gama satiriza a entronização do artista como gênio contrapondo-lhe a altiva afirmação de que sua persona satírica felizmente não possui juízo, nem bestunto.

O singular nacionalismo de Álvares de Azevedo e de Bernardo Guimarães discordou da unilateralidade com que se elegeu o índio como representante da diversidade cultural do Brasil. Eles concordam que o Brasil, por volta de 1849, ainda não possuía uma literatura para se chamar de “brasileira”. “Literatura e civilização em Portugal”, de Azevedo, hiperboliza as origens da cultura local no espaço e no tempo, ilimitadamente. Nesses dois poetas, a concepção de que o fluxo da história é movido por um caos de razões inapreensíveis e múltiplas dialoga com Herder. Para eles, é função da literatura vivificar o ânimo.

Diferentemente, os romances de José de Alencar pressupõem que sua tarefa é “iluminar” e transferir valores éticos

e políticos da sociedade imperial do passado para o presente.² Para Alencar, a literatura deve deleitar e instruir, o que, em seu caso, implica afirmar o status quo. Frequentemente, o narrador de sua ficção interrompe o relato da história para oferecer “conselhos” a leitoras e leitores sobre a sexualidade feminina em favor do mando masculino.

Iracema adapta os costumes conjugais da burguesia local para tornar exemplar a relação amorosa de Martim e Iracema. Antes dessa união, ela transita livremente pela floresta, participa da batalha em defesa de Martim e se torna uma das estrategistas dessa luta. Mas desde que se une a ele, Iracema perde a capacidade guerreira e seus atributos racionais, deixando-se invadir pelo exagero sentimental. Excluída desde então das decisões de interesse coletivo, como a escolha do local onde o casal e Poti habitariam, ela se encarrega de tarefas ligadas à ideia de abrigo, subsistência alimentar e reprodução sexual. Enquanto aguarda o parto e o companheiro ausente, tece folhas das palmeiras para o telhado da cabana, fabrica cesto de palha, extrai mel e água de cocos, colhe frutas, perfuma seu corpo e a rede do casal. A antiga força guerreira de Iracema é suplantada pela domesticação e confinamento no espaço familiar.

José de Alencar concebe a história do Brasil de acordo com a doutrina do corpo místico que vigorava nos séculos coloniais.³ Ela define as leis do Estado monárquico e organiza o corpo de ordens e estamentos por meio

² SANTIAGO, Silvano. “Liderança e hierarquia em Alencar”. In: *Vale quanto pesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

³ *Idem, ibidem*.

⁴ Cf. HANSEN, João Adolfo. “Educando príncipe nos espelhos”. In: *Agudezas Seiscentistas*. São Paulo: Edusp, 2019.

⁵ Cf. BOSI, Alencar. “Um mito sacrificial”. In: *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

de metáforas do corpo humano que hierarquizam seus membros desde a cabeça do rei até os pés dos escravos.⁴ A doutrina prescreve como lei sagrada a servidão “voluntária” dos súditos. Em Alencar, a produção do mito do sacrifício⁵ de mulheres, de indígenas, negros e pobres celebra como naturais o mando da nobreza europeia e da burguesia local.

Recorrentemente, em Ubirajara, o narrador exalta a força física e bélica como critério de afirmação da “superioridade” de um povo sobre outro. Ao fim desse romance, por duas vezes, o narrador emprega o termo “deserto” para afirmar a supremacia do herói sobre os demais guerreiros, e de seu povo sobre os tapuias. O reiterado uso desse termo cristianiza a história e transfere para os ubirajaras, uma fusão de araguias e tocantinenses, a condição de povo escolhido para fundar uma nova humanidade. Também projeta no herói a figura de um Josué que, tendo nascido no deserto, fundou uma nova “nação”. Ali também se lê que, quando os portugueses aqui chegaram, os ubirajaras “ainda campeavam as margens do rio Tocantins”. Esse “ainda” limita a liderança dos indígenas ao mítico período pré-cabralino e abre a linha da história com o início da colonização. O ingresso dos índios míticos na história do Brasil ficcionaliza-se, assim, como profecia em que, para o autor, as diferentes comunidades devem se fundir e se aculturar.

Cilaine Alves é professora livre-docente em literatura brasileira pela Universidade de São Paulo. É especialista, entre inúmeros temas, em romantismo e em autores como Gonçalves Dias



Tracema, José Maria de Medeiros. Foto: MASP/Reprodução

INDIANISMO DE GONÇALVES DIAS É PARTE DE UMA INVESTIGAÇÃO POÉTICA E CIENTÍFICA MUITO MAIS AMPLA E PROFUNDA

POR MARCOS FLAMÍNIO

Quando o grande escritor e historiador português Alexandre Herculano publicou em 1847 o breve artigo “Futuro literário de Portugal e do Brasil”, ele estava propondo uma diretriz clara para a literatura do país recém-nascido, independente havia apenas 25 anos, e também consagrando o jovem poeta Gonçalves Dias (1823-1864): “Os Primeiros cantos são um belo livro; são inspirações de um grande poeta”. Quase dois séculos depois, não é difícil perceber que estava certo. Porém, a razão por que elogia o livro de estreia é a mesma utilizada para explicar a ressalva que faz a ele: “Quiséramos que as Poesias americanas, que são como o pórtico do edifício, ocupassem nele maior espaço. Nos poetas transatlânticos há por via de regra demasiadas reminiscências da Europa. Esse novo mundo, que deu tanta poesia a Saint-

Pierre e Chateaubriand é assaz rico para inspirar e nutrir os poetas que cresceram à sombra das suas selvas primitivas”.

O francês Ferdinand Denis, no Resumo da história literária do Brasil (1826), já havia defendido de forma incisiva a prevalência do imaginário do Novo Mundo entre nossos poetas árcades: “Se essa natureza da América é mais esplendorosa que a da Europa, que terão portanto de inferior aos heróis dos tempos fabulosos da Grécia esses homens de quem não se podia arrancar um só lamento, em meio a horríveis suplícios, e que pediam novos tormentos a seus inimigos, porque os tormentos tornam a glória maior?”.

Não se pode dizer, contudo, que Gonçalves Dias tenha seguido à risca tais recomendações. Embora a temática indianista em nenhum momento deixe de figurar em suas

obras posteriores, ela será minoritária nos Segundos e Últimos cantos, ao menos quantitativamente, convivendo com a lírica amorosa, a poesia religiosa, os hinos de louvor à natureza (não tropical, diga-se). Destinado por Herculano a ser “exemplo da verdadeira poesia nacional do Brasil”, Gonçalves Dias é um grande poeta não devido a classificações como as propostas por Denis ou Herculano, mas apesar delas.

Principal biógrafa do poeta, Lucia Miguel Pereira sempre insistiu que o fato de ele ser filho natural de um português com uma índia e de ter sentido de perto a pujança da natureza do Norte em sua Caxias natal foi determinante para que prezasse a temática indianista em sua vasta produção. De fato, para além dos poemas em que canta a natureza tropical e o índio, como “Canção do exílio”, que abre os Primeiros cantos, ou ainda “Tabira”, “Leito de folhas verdes” e “I-juca pirama”, Gonçalves Dias desdobrou seu interesse por esse tema no Dicionário da língua tupi, no Diário da viagem ao rio Negro ou em sua participação na seção de etnografia da famigerada “expedição das borboletas”, criada por dom Pedro II para realizar pesquisas in loco sobre a região amazônica. Assim como Denis e Herculano, Pereira insiste na presença da realidade circundante como força decisiva para a presença do Indianismo em sua obra.

Ocorre, porém, que a sensibilidade

do poeta ao tema foi cultivada ostensivamente através do convívio intenso e precoce com a literatura, ainda quando vivia no Maranhão. Ao mudar-se para Coimbra com a intenção de estudar direito na famosa universidade, travaria contato direto com os poetas conhecidos como “medievistas”, reunidos em torno dos jornais *Crônica literária* e *O trovador*. Esse período de sua vida, infelizmente ainda pouco explorado, seria decisivo para encharcar Gonçalves Dias da sensibilidade romântica ainda em voga em Portugal. Poetas hoje tido como menores, como José Freire de Serpa, João de Lemos e Antonio de Serpa Pimentel, inspirados tanto em Garrett quanto em Herculano, retomavam as velhas formas da poesia trovadoresca dos séculos XII a XIV.

Ora, tal movimento de volta às origens foi preconizado décadas antes por aquele que pode ser considerado o formulador do ideário romântico, o alemão Johann Gottfried von Herder. No final do século XVIII, ele atacou as pretensões hegemônicas e universalistas da língua e literatura francesas e, como antídoto, defendeu o retorno às origens linguísticas, culturais e míticas de cada povo. Assim, a Idade Média, período em que as línguas neolatinas estavam se formando e o francês ainda não havia se consolidado como a língua “oficial” da cultura, funcionou como repositório dessas origens sobretudo populares.

Em sua obra fulcral, *Ideias sobre a filosofia da história da humanidade* (1784-91), Herder propõe que o povo também tem um “gênio” coletivo, um espírito interior próprio – ou *Volksgeist*. Ao poeta desses novos tempos, doravante identificado como “romântico”, caberia identificar e resgatar tal espírito, através de seu próprio “gênio” individual. Portanto, povo, língua e literatura tornam-se conceitos intercambiáveis.

As ideias de Herder lançariam as bases para os tantos Romantismos nacionais que iriam se espalhar pela Europa desde então e que seriam filtradas meio século depois pelo melancólico medievismo coimbrão. Também embasariam, de primeira ou segunda mão, a busca dos poetas do Novo Mundo por aquilo que se convencionou considerar a tradição do “novo mundo”: a natureza tropical e seu habitante, os mesmos temas que Herculano tanto louvou em seu artigo sobre os *Primeiros cantos*.

Obviamente, o Indianismo seria apropriado em graus distintos por diferentes autores; para ficarmos em apenas um exemplo, José de Alencar enfatizou de maneira única aspectos essencialmente romanescos em um personagem como Peri, em *O Guarani*. Gonçalves Dias, por sua vez, de posse de um domínio formal ímpar aliado a profunda sensibilidade e vasto cabedal de leituras, atribuiu ao Indianismo um estatuto singular que não se deteve apenas na literatura,

espraiando-se igualmente pela língua e pela etnografia. Mas sua reticência em seguir *ipsis litteris* as indicações de Herculano e Denis nos diz muito sobre como, para ele, o Indianismo se insere em uma poética mais ampla, que propõe uma aporia incontornável: a de que a busca da matéria particular americana passa pela releitura do paradigma europeu sobre a busca da originalidade. As “reminiscências da Europa” são parte constitutiva e essencial do Indianismo.

Marcos Flamínio é professor doutor de literatura brasileira na Universidade de São Paulo. É especialista em romantismo, José de Alencar, teoria da literatura e inúmeros outros temas.

A LITERATURA NÃO É SALVADORA DA PÁTRIA

ENTREVISTA

COM DANIEL MUNDURUKU

Daniel Munduruku é uma das principais vozes indígenas na literatura brasileira contemporânea. O Boletim 3x22 conversou com o importante autor sobre sua relação com a literatura e sobre o espaço dos povos indígenas dentro desse campo historicamente dominado pelos brancos.

3X22: Para começar, o quanto ser indígena, isto é, o quanto ser Munduruku influencia na literatura que você escreve?

Daniel Munduruku: Ser Munduruku é algo que está em mim e por isso está presente no que escrevo e produzo. Para ser sincero, hoje me sinto um ser do mundo porque muitos mundos estão dentro de mim e acabam influenciando a escrita que brota do meu ser. Já não faço esforço para “parecer” indígena ou Munduruku no que faço porque hoje entendo que a minha atuação traz uma marca que se inscreve nas pessoas que entram em contato comigo e com minha obra.

3X22: Como é a recepção dos seus livros por seu povo e além dele?

D.M.: Não posso dizer com certeza, mas o fato de ter uma produção

literária bastante consistente, ser lido por crianças e jovens em todo o Brasil, ser referência bibliográfica e literária para muitas pessoas, dá o tom de que eu seja realmente bem recebido.

No meu povo sou apenas mais um. Não creio que leiam meus livros com a mesma acuidade com que pescam e caçam. Se eu vivesse lá, certamente também não me leria (risos).

3X22: Como o sr. vê a retratação dos indígenas na literatura brasileira antigamente como as feitas por José de Alencar e Gonçalves Dias? E hoje em dia?

D.M.: A literatura romântica foi uma das principais difusoras de uma visão eurocêntrica dos povos originários. Por conta dela é que muitos dos estereótipos ainda hoje se reproduzem nas escolas brasileiras.

Hoje, felizmente, os escritores já estão tomando maior cuidado para não ficarem reproduzindo tais estereótipos. Isso se deu também por conta de uma maior presença de autores indígenas na cena literária nacional.

3X22: Qual a sua opinião sobre a literatura brasileira contemporânea? Você tem algum autor ou autora que você gosta?

D.M.: Acho que a produção literária contemporânea é bem expressiva. O material que está sendo produzido é de uma qualidade admirável. Novos e bons autores surgem todos os dias mostrando que, mesmo em época de crises, a criatividade é um dos moventes para a superação. Gosto muito de Paulo Lins, Lira Neto, Carpinejar, Patrícia Melo, Heloisa Prieto e Conceição Evaristo, entre outros, é claro.

3X22: Você acha que a literatura ainda é um espaço predominantemente dominado por brancos em questão de visibilidade, prêmios etc?

D.M.: A escolarização da sociedade brasileira sempre foi elitista. É mais ou menos natural que isso se reflita na produção literária também. Quando houve abertura para que a população ascendesse às escolas e tivesse maiores oportunidades de mostrar seus talentos, foi surgindo a veia criativa da juventude negra que hoje já domina a cena literária, ainda que em espaços muitas vezes considerados inferiores. É questão de tempo para que essa realidade se inverta.

3X22: O sr. acha que a literatura pode ser uma aliada contra os ataques que os indígenas vêm sofrendo atualmente?

D.M.: A literatura não pode ser vista como salvadora da pátria. Ela é uma arte que se expressa quando dela se faz uso. Nesse sentido ela pode ou não ser aliada, dependendo da leitura e das situações. Não sei se cabe à literatura um papel qualquer. Sei que a literatura que produzo tenta ser inserida no contexto social em que vivo, e talvez por isso, possa ser vista como uma forma de militância. De qualquer maneira, eu gostaria muito que todos os brasileiros lessem mais, pois creio ser a única forma de nos tornarmos mais conscientes e respeitadores das múltiplas humanidades com as quais interagimos.



Moema, de Victor Meireles. Foto: Wikimedia Commons



É o número aproximado de línguas e dialetos e também dos povos que habitavam o território brasileiro antes da colonização portuguesa



O ÍNDIO ROMÂNTICO NÃO É O ÍNDIO REAL

ENTREVISTA

COM MIRHIANE MENDES DE ABREU

Docente de Literatura Brasileira da Universidade Federal de São Paulo, a Professora Mirhiane Mendes de Abreu é especialista nas obras do romancista, escritor e político brasileiro, José de Alencar. Em conversa com o **BOLETIM 3X22**, ela discute sobre a importância das obras de José de Alencar para a literatura brasileira e a construção da identidade nacional, além da idealização do indígena no imaginário popular.

3X22: O Romantismo é a escola literária em expressão na primeira metade do séc. XIX na Europa. Quais eram os pensamentos inspiradores dessa escola europeia e quais foram as primeiras expressões dela no Brasil, já com suas características próprias?

Mirhiane Mendes: O indianismo, especialmente se nós pensarmos no de José de Alencar - mas outros escritores escreveram antes dele -, ele escreveu uma autobiografia intelectual chamada “Como e porque sou romancista”. Nesta autobiografia, ele fala das suas leituras, aquilo que ele leu e que influenciou na construção do seu pensamento, na maneira que ele vai descrever os seus romances e

narrar seus enredos.

Toda a bibliografia da grande literatura ocidental está presente no repertório intelectual de José de Alencar. Poderia citar rapidamente a Bíblia, principalmente quando ele constrói a narrativa indianista com um caráter hedênico, dali então ele extrai imagens do paraíso, mas também escritores de obras literárias. Posso falar precisamente de dois: Fenimore Cooper e Chateaubriand. Basicamente, sobre o Chateaubriand, o romance *Atala*, é um romance que nós vemos presente em *Iracema*. O Walter Scott... esses romances de ação, romance que tem uma relação estreita com o público, compõem o imaginário de José de Alencar. Isso do

ponto de vista da construção literária, da estrutura das narrativas.

Do ponto de vista da construção do pensamento de José de Alencar, todos os que compuseram uma reflexão teórico-crítica sobre literatura, sobre o que é escrever, os prefácios de romances românticos, vão estar presentes também no imaginário de José de Alencar, que também vai construir uma reflexão teórica sobre o que é ser romancista. E daí, a importância de nós lermos os prefácios de José de Alencar. Não só os indianistas, mas também os outros perfis: de mulher, do sertanejo. No principal prefácio dele, que é *Benção Paterna*, ele faz uma reflexão sobre a literatura brasileira, e sobre a sua obra nesta.

Então, pensar o indianismo e o romance romântico é nos voltarmos também para a compreensão de que os próprios escritores tiveram sobre o ato de escrever. Daí que os prefácios e posfácios são importantes para nós compreendermos essa reflexão teórica. Isso estará em José de Alencar, como também em escritores que o procederam, como Santa Rita Durão e Basílio da Gama, que não escritores românticos, mas do período colonial e que se desdobraram também sobre o índio. Santa Rita Durão escreve *Caramuru*, Basílio da Gama escreve *Uraguai*, eles se desdobraram sobre o que é falar do índio e além, buscaram várias referências culturais para construir um índio próprio. As referências culturais são de imediato as páginas dos cronistas, dos

missionários, dos viajantes, desses primórdios da colonização. Os recortes que eles fizeram disso, aí cada um vai dar a sua contribuição individual.

3X22: O que foi o Indianismo romântico, quais as suas influências de origem, suas características estilísticas e a quais intenções históricas-políticas ele respondia?

M.M.: O indianismo romântico foi intimamente afinado à ideologia da colonização. Quando a gente fala em literatura que tem o índio como centro, a gente não pode deixar de pensar no processo de colonização. Em 1822, na independência política, a gente estava na efervescência de um momento de construção de uma identidade nacional em que, por um lado, a gente tem a colônia, por outro, a gente tem a metrópole. De expurgar aquilo que era metrópole e que vinha da colonização e enaltecer o que era próprio. Porém, o que tínhamos de próprio que pudesse ser idealizado? No caso de José de Alencar, mas não só ele, Gonçalves Dias, e eu poderia lembrar aqui, a figura feminina de uma escritora chamada Nísia Floresta, que também escreve nesse momento - embora ela vá buscar um outro viés, não esse da idealização, ela vai falar de confronto. A poesia de Gonçalves Dias também traz confronto para o seu trabalho.

Todos eles têm em comum a tensão entre o colonizador e aquilo que eles chamavam de “o americano” - a maneira que muitos se referiam, metonimicamente, ao índio. Por que o americano? Por que o índio?

Primeiro, do ponto de vista estético, nós estamos num momento do exótico, o falado exótico, o bom selvagem, a natureza exoticamente pensada. O que é o exotismo? É a natureza selvagem, incontaminada com aquilo que é da civilização com as impurezas, a ganância, seja na urbanização das cidades, seja também tudo o que vem junto na construção do homem, nos seus ingredientes humanos. Então, o indianismo vai ser completamente feito para idealizar. É uma radicalização do bom selvagem.

Mas, por outro lado, nós não podemos deixar de compreender também que esse tratamento simbólico que o índio recebe é um tratamento carregado de um núcleo idealizado em conformidade com a construção de um herói que já não existia mais. Na verdade, o herói de José de Alencar, o índio de José de Alencar é o índio que só existe no romance de José de Alencar, que só existiu daquela forma. Ele é tão herói quanto o índio de Chateaubriand, quanto o índio de Fenimore Cooper. Eles têm uma outra perspectiva de construir um mito pátrio num período pós-independência. Pensar o índio é pensar no imaginário daquilo que é ser brasileiro, que vai buscar na origem. É um mito de um fundador. A literatura brasileira está sempre buscando a sua origem. Quando começou? Quem somos nós? O que é ser brasileiro? E aí, então, a figura do índio vai servir a esse ideário, também como eu já disse, que é fornecido por uma ideologia de pátria, uma ideologia de nação, de nacionalidade, que estava em voga

naquele momento pós-independência.

3X22: Você acha que resta algo de romântico na retratação do indígena na atualidade?

M.M.: Eu não vejo dessa forma. Não acho que seja algo de romântico porque, como nós já discutimos, o índio romântico não é o índio real. E não é a voz dele própria, é a voz de brasileiros colonizados que idealizam, que constroem mitos pátrios. A gente está falando do romantismo, que é uma literatura de um momento seguinte à independência política, e tudo o que cerca cultural e ideologicamente os constituintes de um país em formação.

Hoje, nós temos uma outra configuração, que não é simplesmente o do “hoje de manhã”, daquilo que está acontecendo imediatamente. Nós já temos um histórico de pensar o índio. O índio é tão importante no que é ser brasileiro que Darcy Ribeiro escreve *Maira*, Antonio Callado escreve *Quarup*, que são confrontos entre civilizações, que têm a presença do índio muito marcada. Hoje, nós temos, e nós podemos falar com uma grata satisfação, indígenas propriamente, pessoas que saíram de tribos. Já não é um olhar externo falando do índio, nós temos o próprio índio falando de si mesmo. Essa é a grande diferença. Então, não é o índio idealizado, mas é o índio falando do olhar dele próprio.

Mas, mesmo assim, é uma estruturação literária. Muitos deles vão buscar, principalmente, em *Iracema*, com sua maneira de escrever, a estrutura, a construção de heróis, a estrutura da narrativa. Mas nós temos um

outro perfil desses indígenas: Daniel Munduruku, Eliane Potiguara, que são escritores que vão falar da sua autobiografia, que liga com muito da contemporaneidade, da autoficção, referências pessoais, das avós, memórias coletivas e individuais - isso é bastante contemporâneo. E, por outro lado, são obras voltadas para crianças e adolescentes. E aí, a gente pode indagar: por que esses escritores indígenas têm esse público alvo, muitas vezes? Eu tenho, não uma resposta pronta, mas eu tenho uma hipótese a esse respeito. A minha hipótese é que as crianças e adolescentes têm um envolvimento escolar na sua formação literária e - como as obras desses escritores trazem mitos, folclore, danças, referências culturais das mais diversas - com o suporte das escolas, eles têm uma multiplicação maior, alcançam públicos maiores. Isso não é ruim, não falo como algo pejorativo, muito pelo contrário. Eu acho que o público alvo é acertado no sentido de divulgação de uma cultura. Então, a literatura desses escritores me parece ser uma literatura de divulgação. Mas, isso é uma hipótese que eu estou investigando.

Acho que é uma literatura de divulgação de sua própria cultura, feita por eles mesmos. São pessoas aculturadas, claro. Porque eles têm referências letradas, mas eles têm as referências locais das tribos que fazem questão, e estão certos de fazerem questão, de quererem difundir, por isso crianças e adolescentes são a intenção de público principal. Todos os escritores

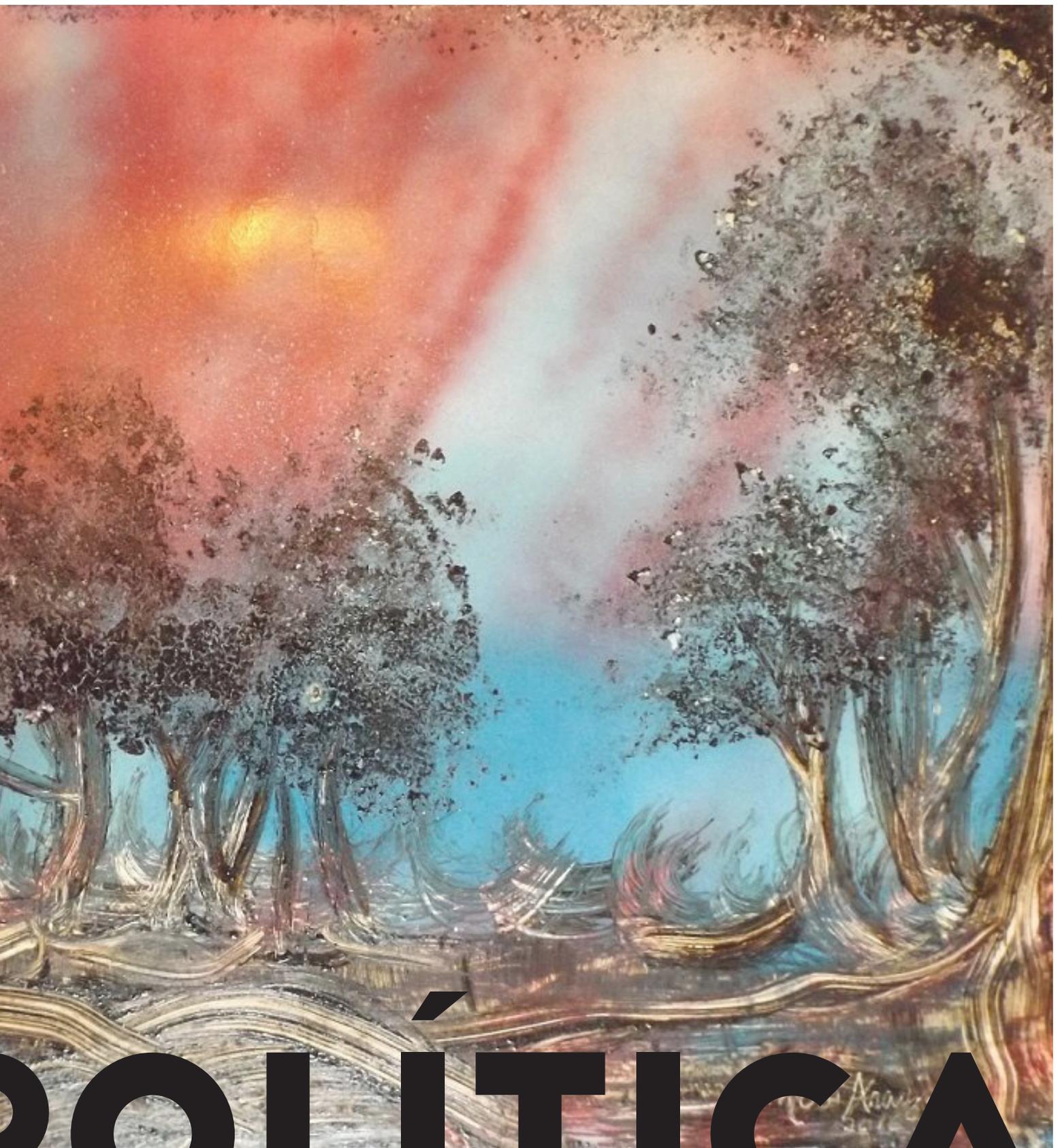
têm o seu público. Alencar tinha o seu leitor, Gonçalves Dias também. Tinha um leitor médio, leitor que estava se construindo, principalmente a leitora, a mulher que tinha o papel de divulgar aquilo para as próximas gerações. Isso está na “Carta ao Dr. Jaguaribe”, em *Iracema*. As obras de temáticas indígenas também têm seus públicos. *Maira*: talvez sejam pessoas mais preocupadas com problemas antropológicos, com um investimento para a questionar a colonização. *Quarup* também, mas tem um público alvo. No caso dos escritores contemporâneos indígenas, que escrevem de 2000 pra cá, eles trazem à luz os seus folclores, os mitos que foram narrados pelo seus avós, passados pela oralidade. Não é alguém de fora falando de confronto ou falando de história de amor, mas são eles próprios falando aquilo que eles aprenderam com os seus antepassados. E é isso, assim como eles receberam na infância, eles vão passar, em outro suporte - que é o livro editado, não mais na oralidade -, mas reproduzindo a oralidade e com o auxílio escolar.

DA PERS PECTIVA

Arte: Rosi Araujo



P



POLÍTICA

O MITO DO ACAMPAMENTO GARIMPEIRO

ENTREVISTA

COM AILTON KRENAK

Ailton Krenak é escritor, ambientalista e líder indígena. Desde que pintou seu rosto com jenipapo durante a Assembléia Nacional Constituinte, em setembro de 1987, e foi um dos responsáveis, junto à sua e outras centenas de etnias indígenas, pela conquista do seu direito de existir na tardia Constituição de 1988, Ailton teve rosto e voz carimbados na história brasileira. Quando veio a São Paulo em 6 de março de 2020 para fazer uma fala na MITSP (Mostra Internacional de Teatro de São Paulo), Ailton topou também conversar com o 3x22 na manhã de sábado seguinte.

3X22: O Brasil possui uma constituição que teoricamente assegura os direitos dos indígenas, porém, na prática, o que há são várias violações tanto pelo Estado quanto pela sociedade civil. Para o sr., o que há por detrás da contradição de existirem esses direitos, mas os mesmos não serem assegurados por aqueles que os promulgaram?

Ailton Krenak: Bem, por uma coincidência, hoje pela manhã, eu ouvi uma senhora, a ministra do STF Carmen Lucia, e essa senhora estava falando sobre a Lei Maria da Penha e revelou um fato preocupante: desde que nós temos a Lei da Maria da Penha, o feminicídio aumentou. Ela

pediu um estudo sobre a ocorrência de morte de mulheres por razão de desprezo à mulher. É um defeito ser mulher. Então, os homens que estavam matando essas mulheres não matavam porque brigavam com elas, mas porque eles não gostam de mulher. Ela estava relacionando esse evento com o fato de no mundo inteiro existir uma opinião pública, com uma proporção de até 85%, que acha que as mulheres devem apanhar, que está certo bater nas mulheres, e que nos países muito desenvolvidos isso cai para 25%. Mas existe um defeito na cabeça dos homens que eles acham que as mulheres precisam ser controladas, precisam apanhar e eventualmente

morrer. No caso do Brasil, foi feita uma lei para inibir a violência contra as mulheres e a reação foi matar mais mulheres.

Isso me despertou, hoje de manhã, para uma possibilidade. Historicamente, o Brasil mata os índios porque quando os bandeirantes saíram daqui de São Paulo, eles saíram para caçar índios, escravizar índios e roubar a terra dos índios. Essa é a missão. Se você fosse um bandeirante, abrisse uma empresa e botasse uma placa de identidade da sua empresa, iria estar escrito assim “Missão: entrar no sertão, caçar os índios, matar os índios e roubar os índios”. Essa é a missão bandeirante.

O Brasil se configurou, do ponto de vista geográfico, com esses bandeirantes empurrando fronteira interna pra Goiás, pro sertão de Minas, depois pro Mato Grosso, entrando no interior do Brasil, atravessando aquela linha de Tordesilhas. Ora, se essa dinâmica colonial foi a marca profunda da fundação de um certo Brasil, essa instituição Brasil, independente de qual lei, constituição ou documento que ela venha produzir sobre raça, gênero e classe, a marca dessas diferentes situações ou condições vai ser o preconceito. Mesmo quando você legislar sobre o meio ambiente, você vai legislar numa maneira preconceituosa. Você vai fazer uma ótima regulação formal, jurídica – ótima -, mas vazia de sentido, que traz dentro dela já um dispositivo de sabotagem que não deixa ela se implementar. Então a Lei Maria da Penha, a legislação

ambiental e a Constituinte de 1988 têm um dispositivo interno de autossabotagem que é pra gente não dar certo. É como se você criasse um game onde, no final da brincadeira, tivesse que dar errado, independente de quanto fosse habilitado o aluno, o operador da coisa, no final ele tem que dar errado.

A crescente violência contra o povo indígena nos últimos anos pode estar revelando dois fenômenos ocultos: 1) que a nossa constituição nos direitos dos índios já trazia um dispositivo de autossabotagem; e 2) que o anunciado propósito de proteger e defender os direitos dos índios tenha causado mais ódio, ira, contra os inimigos dos índios que se perguntaram: “porra, esses caras não morreram ainda?”, e saíram pra matar de novo. Isso é um enunciado muito triste porque ele aponta para aquela metáfora de que nós nunca nos constituímos numa nação.

Na década de 80, ali no Memorial da América Latina, aconteciam alguns eventos públicos e eu fui convidado para falar junto com os irmãos Villas Boas e junto com um sertanista – não me lembro se era o Sydney Possuelo ou se era o Apoena Meireles - para falar sobre os índios antes da constituinte de 88. Aí, eu estou numa mesa com aqueles senhores falando sobre o Brasil, os índios Xingu, as expedições de descoberta dentro do Brasil e aquilo foi me incomodando. Eu era jovem e militante do movimento indígena – eu estava ajudando a construir aquilo que viria ser a União das Nações





Indígenas, uma organização com indígenas de vários povos. Escutando aquilo, eu falei: “eu não posso me silenciar diante duma narrativa tão brutal sobre a colonização desse mundo que eu amo”. Aí eu fui o último a ter a palavra, quando eu peguei o microfone, eu surtei e eu disse: “Eu quero que vocês saibam que o Brasil está se construindo em cima dos cemitérios indígenas. Uma nação que se constrói em cima do cemitério de um povo originário não pode dar certo! Isso aqui não é um país, isso aqui é um acampamento!”.

Uma imagem que me ocorre é que nós vivemos num acampamento - igual aqueles acampamentos de garimpeiros, que fincam as estacas e põem uma lona em cima e nós nos reunimos debaixo daquela lona. Nós estamos acampados. O acampamento chama Brasil. A gente tá acampado. É de noite. E vem uma tempestade. E começa a cair raio pra todo lado. E chove. Cada relâmpago que dispara no céu as pessoas aproveitam aquela fagulha de luz e olham uns para as cara dos outros. Aí acaba o relâmpago e volta todo mundo para a escuridão. Aí dá mais um relâmpago, eles olham pra cara dos outros. “Ah, ali tem índio! Ah, ali tem quilombo! Ah, ali tem comunidades tradicionais! Ah, ali tem mulheres! Ah, ali tem os gay! Ah, ali tem os ladrão! Ah, ali tem os legal! Ali tem isso, ali tem aquilo, ali tem os branco, os alemão, os japonês. Ah! Nós somos um país fundado pelas três raças: índios, brancos e negros!”. E aí o relâmpago *pshhiuu*, eclipsa tudo, escuro, fica

todo mundo na escuridão... Aí raio de novo! *Pshiuu! Pshiuu! Pouch! Pouch! Waargh!* Brasil, Brasil! Brasil! Brasil! Brasil!... Aí eles botam uma camisa amarela, aí faz a copa do mundo. Aí “eeeeh!” tudo. Aí o raio *pshiuuk...* curto circuito, numa escuridão... Ah, o mundo! Democracia, liberdade, direitos humanos e tal... Brasil! Brasil! Brasil!.. *Pshiuuuuk!*... colapsa de novo... Aí guerra, ameaças, o fascismo, a doença... Aí vem um raio, um relâmpago e tudo, um cara aproveita, sai, se apresenta como uma espécie assim de salvador da pátria. Aí esse bando de cegos tontos dentro da caverna escura se agarra numa lepra qualquer e sai gritando que tem uma liderança e tudo. E a gente fica nesse buraco escuro, esperando dar mais um relâmpago pra gente ver o que tem lá fora.

Alguém já ouviu alguma história sobre a caverna de Platão? Já? Vocês gostam dele? Esse parece um mito invertido da caverna de Platão porque ninguém sai de lá de dentro do acampamento escuro; ele não enxerga vultos nem imagens lá fora; ele fica esperando um raio pra poder olhar uns aos outros.

Eu acho que vou começar a divulgar o meu mito do acampamento garimpeiro pra ver se, daqui a uns dois mil anos, eu viro também uma citação filosófica pra explicar a psiquê humana. Porque, na verdade, eu acho que o Platão não tava falando propriamente de alguma coisa que primeiro veio a ser filosofia, eu acho que ele estava falando da psiquê humana. Quem sabe o Platão fosse um psiquiatra? (risos) E o

peçoal não tem coragem de dar a ele o adequado título? Ficam despistando que ele era um filósofo, um pensador (risos). O cara devia ser um psiquiatra, não?

3X22: O contato cultural muitas vezes é destruidor para algumas comunidades, principalmente para os grupos marginalizados. No Brasil, podemos ver isso desde que os portugueses pisaram nas terras dos povos originários. Dessa forma, como se daria uma troca cultural solidária num país heterogêneo como o Brasil? Como podemos celebrar a existência de tantas culturas de uma maneira que nenhuma seja suprimida?

A.K.: Ontem, eu me referi a esse título: *Do que é feito o encontro*. Eu estava me referindo a uma obra da autora Nurit Bensusan, essa querida amiga, que escreveu sobre essa expectativa de um encontro ou de algum reconhecimento e solidariedade entre povos numa carta que ela me dirigiu e que deu origem a esse livro, que começa assim: “É de onde você veio até onde eu vim e de onde eu vim até onde você veio que acontece o encontro. Seria no meio do caminho. Você trilhou o caminho da terra até o livro. Eu percorri a estrada do livro até a terra. Vim de um povo que se dizia povo, mas sem terra e, ainda sim, povo, povo do livro. Você veio de um povo que só se diz povo com terra e faz da terra, o povo. É interessante pensar em como podemos sair de lugares tão distintos e chegarmos a esse ponto de encontro”. Essa carta põe em questão a ideia

de que a gente tenha se encontrado algum dia. A gente nunca se encontrou. Esse outro que precisa ser reconhecido, visto, percebido como um ser humano, como uma pessoa, com o qual você pode trocar alguma coisa, nunca aconteceu o encontro. Então, não tem troca nenhuma, não tem colaboração nem solidariedade nenhuma porque senão nós estamos edificando sobre um terreno movediço. Nós estamos achando que a gente já tem reconhecimento mútuo como base pra uma cooperação, pra uma fraternidade, pra uma solidariedade uns com os outros quando, na verdade, a gente nem se reconheceu ainda. Nós não nos reconhecemos como povo ou como povos, nós sistematicamente ofendemos uns aos outros, atropelamos uns aos outros dentro desse acampamento escuro onde só nos avistamos uns aos outros quando dá um raio. É uma metáfora sobre o fato de que nós só olhamos uns pros outros quando todos estamos ameaçados. Quando a ameaça grotesca cessa, cada um vai sair assoviando pra um lado e esquece que tem alguma coisa em comum uns com os outros.

Na década de 80, a gente teve mobilizações nesse país que botavam milhares de pessoas na rua pra pedir democracia já e direitos humanos. Vinte anos depois, você não via ninguém saindo na rua pra reclamar de nada porque tava todo mundo curtindo shopping, neoliberalismo, grana, pleno emprego, bolsa família, grana, grana, grana... E o Brasil começou a comemorar o fato de estar

prestes a ser incluído numa lista de países desenvolvidos. Ele já tava se associando com outros países pra criar uma espécie de fundo econômico, um banco paralelo mundial. A gente já tava delirando com a perspectiva de virar um país rico. Isso é típico de quem não sabe quem é! O Brasil tinha que descobrir, se ele existe mesmo, o que que ele é! Pra ele parar de ficar zanzando de um lado pro outro, uma hora ele quer ser rico... Enquanto isso, a verdadeira riqueza que podia constituir a nossa relação, a gente queima como se fosse lixo.

Toda vez que eu tento conjugar um tempo plural de experiência pra além dos coletivos, pensando numa configuração de povos, país, nação, eu frustro a minha viagem. Porque eu vejo tanta sacanagem, covardia, cinismo, hipocrisia, falsidade nesses grupos de gente que formam o povo brasileiro, que eu não consigo ter expectativa boa sobre isso. Talvez eu saiba muito pouco sobre os outros povos, sobre os americanos do norte, ou os argentinos, ou os uruguaios. Talvez eu saiba muito pouco sobre esses povos pra fazer uma comparação se eles deram mais certo como uma nação e povo do que aqui, no Brasil. Mas eu acho que a grama do quintal do outro é sempre mais bonita do que a do nosso próprio quintal. Isso é uma tendência também. Dizem que os animais que vivem em pastos ficam doidos pra escapar daquela área que eles estão restritos pra comer capim do outro lado porque eles também, assim como os humanos, têm essa ilusão de que o capim que tá do lado de lá é mais gostoso que o capim do nosso

quintal. Então, eu não sei se os nossos vizinhos vivem uma vida menos desgraçada que a nossa. Eu acho que na América Latina nós temos uma origem comum de povos colonizados e recalcados. Quem quiser fingir que não é recalcado pode fingir, pode falar inglês, ir morar em Londres, mas nós estamos fodidos. (risos).

3X22: Por fim, é possível parar de cometer os mesmos erros?

A.K.: Depende. Se a gente estiver muito viciado no erro, muito treinado no erro, vai ser quase impossível sair do erro. Inclusive, porque a ideia de acertar e de errar é um julgamento. O que é acertar e o que é errar? Ao longo da história recente, tipo século XIX e XX, muitas ideias que estruturaram o pensamento, por exemplo, do ocidente, que eram ideias certas, cem anos depois, elas foram julgadas como ideias erradas. No final do século XIX, o pensamento marxista, o pensamento que invocava uma revolução nos modos de produção, de organização da sociedade, que daria num outro tipo de sociedade - diferente dessa capitalista que a gente tá consumindo, sendo consumido por ela e consumindo - era A Ideia! Cem anos depois, as pessoas jogaram aquela literatura toda fora, acham Marx um babaca e toda aquela corja de revolucionários que andavam atrás dele um bando de idiotas e que eles fizeram a cagada na história. Eu só tô dando um exemplo, mas têm outros. Os filósofos positivistas, o pensamento todo que deu base a, digamos, o estruturalismo e toda a ideia moderna do século XX; as

peças olham agora e falam “isso é tudo um emaranhado de confusão”, não é isso?

A cada século as teses, as teorias, as ideias, as verdades e as mentiras vão sendo descartadas. Então, seria muito simplista imaginar que nós temos alguma chance de sair de dentro de algum erro porque a gente vai estar sempre produzindo um erro novo. Se nós vamos sempre produzir um erro novo, pra quê essa fissura de querer

sair do erro? Escapar do erro? A gente não tem que escapar de nada, a menos que a gente estivesse fugindo. Nós estamos fugindo do quê? Fugindo desse mundo desencantado que a gente caiu nesse buraco fundo? “Mundo mundo vasto mundo,/ se eu me chamasse Raimundo/ seria uma rima, não seria uma solução./ Mundo mundo vasto mundo,/ mais vasto é meu coração.”.

Segundo a constituição de

1988

são assegurados aos povos indígenas o

Direito à terra &
Direito à diferença

**GOVERNO
MINISTÉRIO
FUNDAÇÃO NAC**

ÁREA P

TERRAS I

INTERDITADA A

ESTR

**ARTIGO N° 231 DA CO
DECLARAÇÃO DAS NAÇ**

DIREITOS DOS P

ARTIGO N° 18, §

ARTIGO N° 161 DO

**D FEDERAL
DA JUSTIÇA
CIONAL DO ÍNDIO**

PROIBIDA

INDÍGENAS

CONSTRUÇÃO DE

GRADAS

INSTITUIÇÃO FEDERAL

ÇÕES UNIDAS SOBRE OS

OVOS INDÍGENAS

1º LEI Nº 6001/73

O CÓDIGO PENAL

UMA LUTA PELA VIDA

ENTREVISTA

COM SONIA GUAJAJARA

Lider indígena, ativista política e candidata a vice-presidente da república em 2018, Sonia Guajajara é uma das mais proeminentes vozes das causas indígenas no Brasil. O BOLETIM 3X22 conversou com Sonia a respeito do momento político atual do Brasil e sobre a militância indígena neste tempo conturbado.

3X22: De que forma a sua tradição, a cultura que sua etnia possui, contribui para com a motivação de sua militância?

Sonia Guajajara: Diferente de muitos, eu não me considero simplesmente uma militante ou ativista como muitos insistem em afirmar. Ser militante ou ativista conceitualmente falando se faz por opção. Eu sou uma indígena, tenho uma identidade e preciso lutar todos os dias para essa identidade ser respeitada. Isso não é uma opção. Eu sou uma liderança indígena que, preocupada com a existência de meu povo segundo suas tradições e culturas, não me resta outra saída a não ser a luta. Se você pára pra pensar na conjuntura política do país e observar a política indigenista, ambiental e de direitos humanos, você se depara com um arsenal de guerra para o extermínio

em massa de todas as culturas, povos e territórios. Não é simplesmente uma retirada de direitos, mas um verdadeiro rompimento do direito de existir. O meu povo e todos os povos indígenas, aliados à nossa força ancestral, mostram ao mundo sinais de que é preciso uma nova reconexão com a Mãe Terra para que possa continuar existindo vida no planeta. O modo de vida dos povos indígenas tem dado muito esse exemplo de respeito e sustentabilidade. Isso é mais do que suficiente para que todos se ponham de pé e apoiem a luta dos povos indígenas.

3X22: Como você avalia o percurso político das lideranças indígenas no pós-golpe de 2016?

S.G.: A APIB [Articulação dos Povos Indígenas do Brasil] tem orientado

uma maior articulação política das lideranças para ocupar os espaços institucionais na política partidária. Em 2018, foram registradas 130 candidaturas indígenas em nos níveis estadual e federal e uma representação compondo uma chapa presidencial pela primeira vez na história do país. Vamos avançar ainda mais com esta articulação política. E agora estamos trabalhando para apoiar e aumentar a incidência política de candidaturas de mulheres indígenas.

3X22: Mário Juruna, Joenia Wapichana e você são as lideranças indígenas que foram eleitas como deputados, ou, como você, concorreram à presidência. Para você, a falta de representação parlamentar ou visibilidade política das lideranças indígenas, é uma das coisas responsáveis pela situação atual dos indígenas?

S.G.: A presença indígena nesses espaços da política institucional faz toda a diferença. A deputada Joenia Wapichana vem cumprindo um papel fundamental no Congresso Nacional. É uma voz legítima embora solitária na representatividade, mas que tem construído alianças importantes para a política indigenista. Precisamos de mais representações identitárias nesses espaços de decisão. Temos também a Chirley Pankará que foi eleita como co-deputada para um mandato coletivo da bancada ativista em São Paulo. A minha candidatura em 2018 trouxe uma grande visibilidade para as questões indígenas e ambientais que foram pautas negligenciadas e

puderam estar no centro do debate político. Um ganho político muito significativo.

3X22: As terras indígenas são asseguradas por lei há um bom tempo, porém sabemos que elas são desrespeitadas a todo momento por grupos da sociedade civil e também por instituições governamentais e empresas. Como frear esse tipo de ataque uma vez que vem de grupos tão poderosos?

S.G.: Os Territórios Indígenas são assegurados pela Constituição Federal desde 1988, mas antes mesmo da CF os reconhecer já se tratavam de um direito originário dos povos indígenas. Historicamente esses territórios foram muito cobiçados pelo poder econômico e pelo poder político com uma forte articulação para acesso, exploração e mercantilização. São grupos muito poderosos e perigosos que articulam inclusive medidas legislativas com a bancada ruralista, os maiores representantes do agronegócio, das mineradoras e da indústria madeireira, para flexibilizarem direitos e facilitar o acesso às Terras. Utilizam geralmente o argumento de que são Terras improdutivas e que precisam ser entregues para a produção para atender à economia do país. Essa luta em defesa dos territórios se torna muita perigosa e nos coloca sempre na mira da violência, perseguição, criminalização e frequentes assassinatos de indígenas. É difícil conter esses ataques que hoje acontecem com a conivência do próprio estado brasileiro. O Presidente da República hoje representa a maior

de todas ameaças à integridade física, aos territórios e aos modos de vida dos povos indígenas.

3X22: É possível haver “ordem e progresso”, com sustentabilidade ambiental e respeito aos povos indígenas, tendo em vista os crimes cometidos, por empresas como a Vale, nas tragédias que aconteceram nos últimos anos?

S.G.: Para começar, ali nunca foi tragédia. Não podemos aceitar essa narrativa. Ali foram crimes anunciados. É impossível garantir o uso sustentável dos recursos naturais quando se coloca o lucro acima de qualquer direito, até mesmo acima da vida das pessoas. Crimes como esses cometidos pela Vale e suas representantes seguem impunes. Famílias inteiras tiveram suas vidas destruídas e não há reparos ou compensação que venha trazer dignidade pra essas pessoas. Para nós, indígenas, quando se mata um Rio, não é somente o Rio ou os peixes que morrem, morre também uma cultura, um modo vida e a identidade de um povo.

3X22: O que você acha que os não-indígenas podem aprender com os povos indígenas tendo em vista o que está acontecendo no Brasil e no mundo atualmente?

S.G.: O cenário que o mundo vive hoje parece uma guerra, uma pressa, uma correria infinita. Não se sabe direito para onde querem ir, mas estão sempre correndo. Muitos criticam ou tratam com um certo tom pejorativo o modo de vida dos povos indígenas, nos

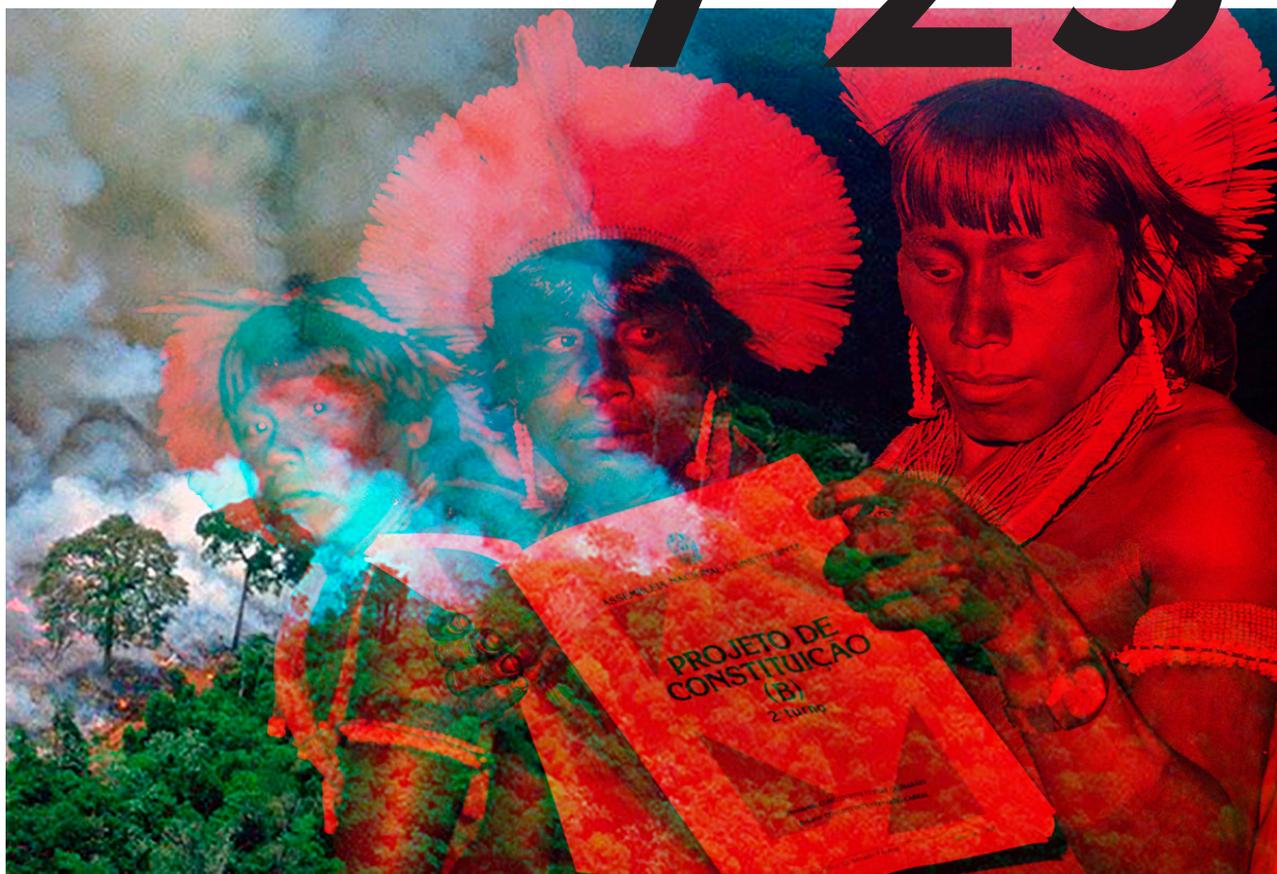
colocando como seres atrasados ou animais selvagens, mas é exatamente dessa selvageria que nasce a relação harmoniosa com a Mãe Terra que garante hoje 82% da biodiversidade que ainda existe no mundo e essa biodiversidade é protegida por 5% da população que somos nós indígenas e que garante a vida no planeta. Sem Territórios indígenas, e sem povos, não haverá biodiversidade. Sem biodiversidade, não haverá planeta pra ninguém. É urgente a mudança de comportamento no mundo. As emergências climáticas já são uma realidade e a luta pelo clima é uma luta pela vida.



Arte: Rafael Pedro

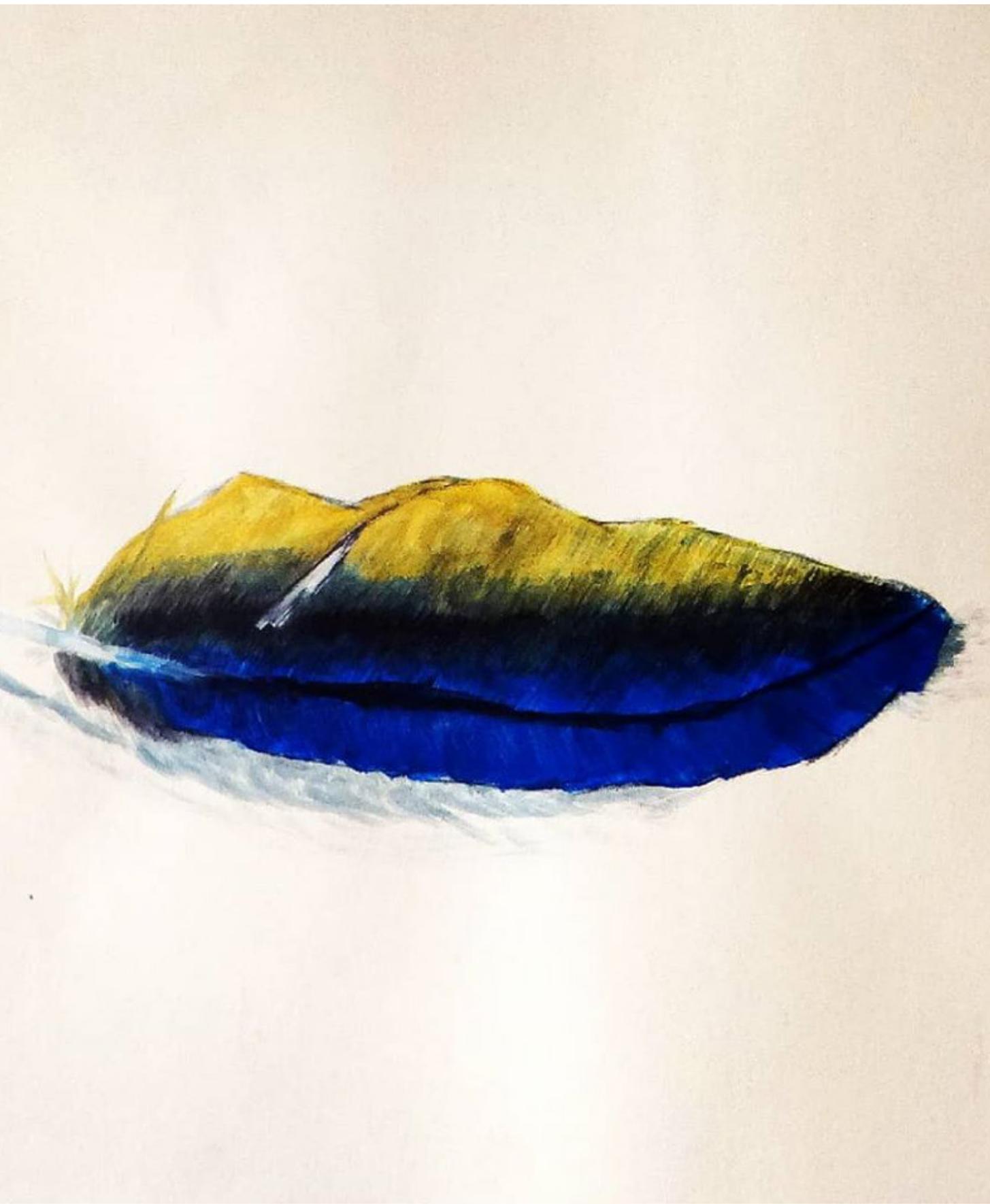
Segundo o Instituto Socioambiental,
o número de Terras Indígenas
asseguradas somam, hoje,

723



LÍNGUA E CULTURA





Arte: Rosi Araujo

Mito de origem da humanidade na percepção do povo Ikólóéhj Gavião de Rondônia

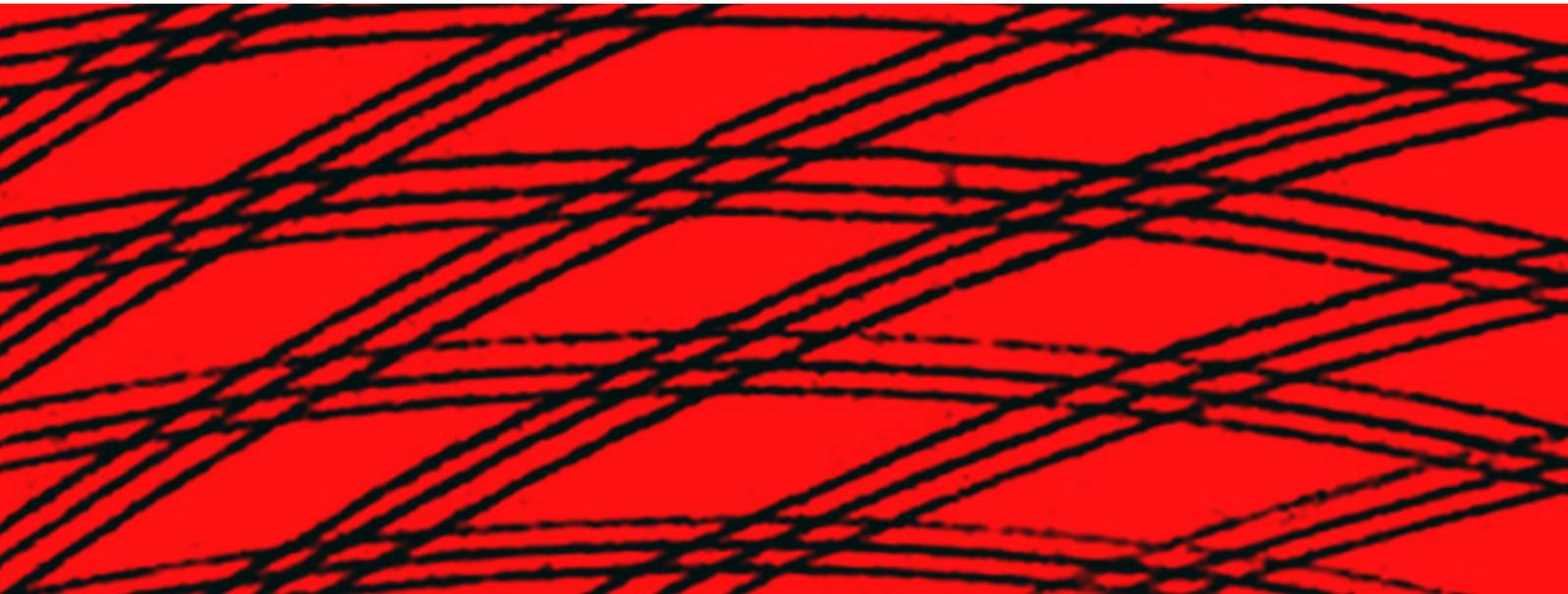
POR IRAM KÁV SONA GAVIÃO

No princípio, Gorá criou tudo que existe no universo. Principalmente o homem. Ele morava só com a mãe e não tinha pai. Sentindo-se só, ele inventou seu irmão com um tronco de uma árvore chamada “bétagav”. Uma árvore lisa e bonita que ele encontrou. Falou com a mãe que ele tinha achado uma árvore bonita e perguntou o que podia fazer com ela. A mãe pediu que ele cortasse do tamanho dele e desse a vida a ela.

Obedecendo a mãe, ele cortou a árvore e a transformou em pessoa, como irmão. Desde então Gorá virou dois. Vendo a Terra vazia sem seus habitantes, viu necessidade de criar homem para ocupar a terra. O mito fala que Gorá é um ser muitíssimo poderoso capaz de inventar as coisas até com as suas palavras. Assim ele criou o homem, até com sua fala.

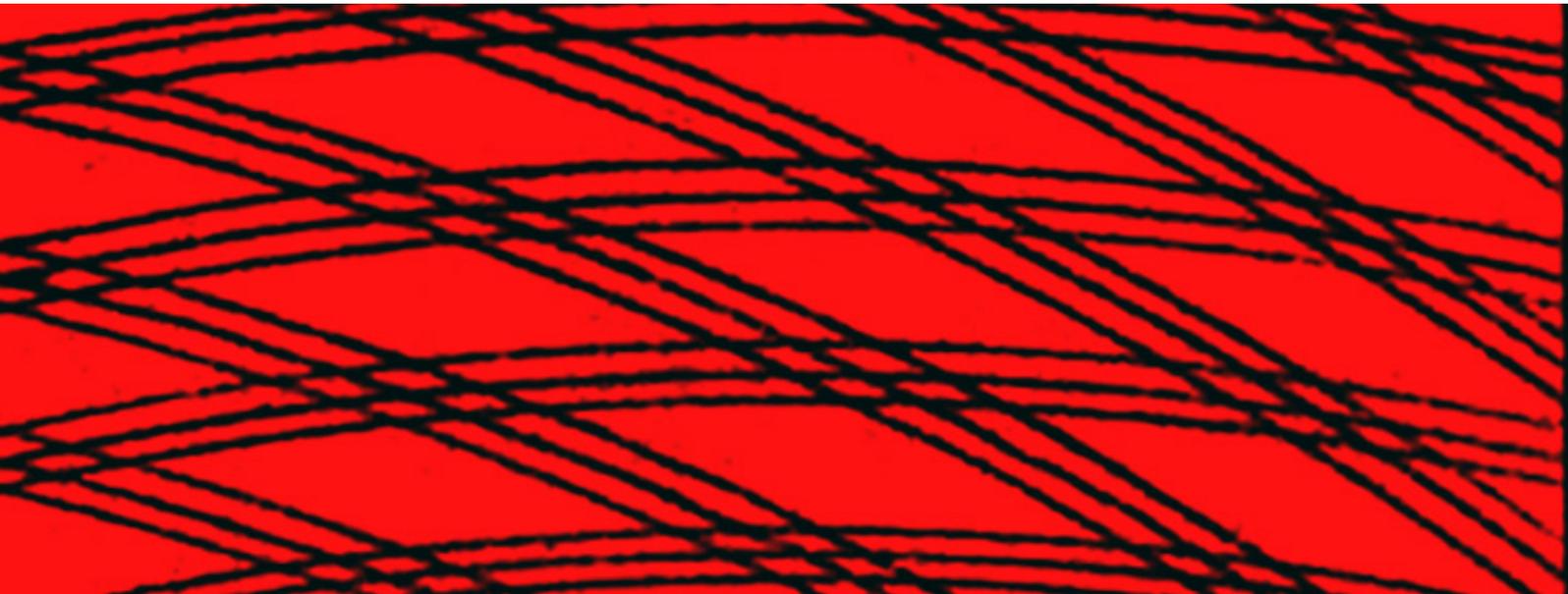
Por isso o povo Ikólóéhj tinha ou tem grande respeito pelo Gorá, pois

consideramos ele como nosso dono, nosso pai. É ele que deu vida a tudo que existe no planeta. Por ter profundo respeito, considerações ao nosso criador, era proibido ou temido de pronunciar seu nome. Pois seu nome é sagrado. Acreditamos que ele está sempre presente. Por isso só falamos dele cochichando. Não falamos seu nome abertamente. No princípio ele criou um só povo ,todos com o mesmo modo de viver e falar. Não existia diferença entre os humanos. Era um só povo. Segundo o mito, ele preparou uma grande festa para convidar todos. Então, todos foram para festa do Gorá. Durante a festa, quando o povo estava dentro da sua maloca, ele transformou esta maloca em uma grande rocha, trancando os convidados dentro. As pessoas ficaram presas dentro de uma maloca que foi transformada em pedra pelo Gorá. As pessoas ficaram vivendo lá bastante tempo. No decorrer do tempo as pessoas foram se moldando



e se distanciando uns dos outros com denominação, línguas e dons próprios para si, começando assim a formar grupos distintos entre eles. Com o passar do tempo, o próprio Gorá convocou os outros que ficaram do lado de fora ou ele criou os outros povos após ter prendido as pessoas dentro da maloca durante a festa, para que estes perfurassem a rocha para as pessoas que foram presas saíssem novamente. Mas desta vez com os povos diferentes com sua língua, cultura e com dons diferentes uns dos outros. Gorá é que convocava para a perfuração da pedra. Era dia especial para cada grupo trabalhar na abertura e perfuração de um buraco na rocha a fim de trazer novamente os povos para fora da pedra. Cada pessoa vinha falando e gritando, dizendo: “Pavátaga zàka áleá!” Que significa “estou indo a perfurar gente, as pessoas”. Quando eles falavam que iam perfurar gente eles se referiam à pedra, a abrir o buraco na pedra para resgatar pessoas que estão dentro da

pedra. Os demais repetiam a mesma fala, com mesmo ritmo. Vinha cada grupo diferente, uns após os outros. Vinha o povo Vakòhjéhj (mutuns), vinha o povo Kasáhléhj (araras) e finalmente veio o povo Kìhnéhj (periquitos) que venceu a batalha. Pois o povo Vakòhjéhj e o Povo Kasáhléhj não conseguiram furar a pedra, pois não tinham machado resistente. Apenas o povo Kìhnéhj (periquitos) é que possuía machado resistente. E eles foram os que conseguiram rachar o buraco na pedra. Gorá preparou os bancos para receber os povos de volta. Os povos saíam se apresentando e dizendo o nome do povo que iriam ser. Saíam dizendo: Somos o Povo Vitíгурéhj (Arara); somos o Povo Ikólóéhj (Gavião); somos o Povo Pagùjéhj (Zoró); somos o Povo Iádúhréhj (Cabeceira do Rio); somos o Povo Djálaéhj (Branços) e assim por diante. Quando os povos saíram pela metade um casal do Ikóló (Gavião) saiu, mas a sua mulher estava grávida e interrompeu a saída dos demais



povos trancando novamente. Cada povo dizia as funções que iam exercer neste mundo. Tinha seus bancos exclusivos para sentar. Desde então o povo, que era único no princípio, se dividiu como povos distintos e se espalharam pelo mundo. Depois de muitos anos, um guerreiro Ikóló, chamado Dúnábìh, andava pelo mundo guerreando contra outros povos rivais. Durante sua viagem encontrou uma caverna, uma rocha de onde a humanidade surgiu, onde ele ouviu as pessoas conversando e cantando dentro de uma rocha. Eram os restos dos povos que ficaram dentro da pedra.

As pessoas cantavam:

- Até màh madég kólí vaá (2x)
- Éjpehj pea màga àdjaá e'éá!
- Ébagéhj pea màga àdjaá e'éá!

A música diz: “Eu como sim as tripas de uma lagarta. Está na hora de eu dá peia nas suas esposas. Está na hora de eu dá peia nas suas filhas!”

Dúnábìh perguntava: “Por onde vocês entraram? Abram a porta para eu entrar também!” Eles repetiam suas falas.

Dúnábìh voltou para sua aldeia e contou para o seu povo que tinha encontrado a rocha com as pessoas dentro e que era a rocha de onde a humanidade saiu.

Essa história é um pouco do que sabemos sobre o mito de origem da humanidade relatado pelos nossos ancestrais. Muito perdemos com a perda de pessoas que sabiam em detalhes essa história.

Irma Káv Sona Gavião é licenciado em Educação Básica Intercultural na Universidade Federal de Rondônia. Professor indígena da escola Zavidjaj Xikovpípòh na Terra Indígena Igarapé Lourdes e pesquisador dos temas de educação escolar Indígena, conhecimentos tradicionais e festas do povo Ikolen/Gavião.





O

é o número de
territórios indígenas
declarados em 2020

LÍNGUAS INDÍGENAS: PERMANÊNCIAS, RUPTURAS E RETOMADAS (COM ATENÇÃO ESPECIAL AO CASO PURI)

POR XINDÊDA PURI

Quantas línguas indígenas são faladas no país?

No território brasileiro, atualmente, vivem aproximadamente 256 povos indígenas, falantes de mais de 150 línguas. Estes são os números divulgados pelo ISA – Instituto Socioambiental¹, uma referência para pesquisa sobre povos indígenas no Brasil. Cada uma destas línguas possui particularidades que revelam muito sobre a visão de mundo do(s) povo(s) que a(s) fala(m). Uso o termo *aproximadamente*, pois os números variam a depender da pesquisa conduzida e de como seus dados são interpretados. Independente dos números reais, eles atestam uma informação muito importante, quase sempre negligenciada pela escola, mídia e Estado: falar “a cultura indígena” e “a língua indígena”, no singular, é um equívoco: devemos sempre pontuar nossa diversidade e falar sobre *culturas e línguas indígenas*, no plural.

Como elas se organizam?

Não existe somente a língua “tupi-guarani” – que, na verdade, não é

uma língua, mas um conjunto delas, uma *família*. Explico: línguas que são “aparentadas”, que nasceram a partir de uma mesma língua ancestral, se agrupam naquilo que se chama de família. Por exemplo, o português, o espanhol, o francês e o italiano são “geneticamente” aparentadas: todas se desenvolveram a partir do latim e são, portanto, agrupadas numa família, a das línguas *românicas*. Isso acontece com todos os idiomas do mundo, exceto aqueles que são chamados de “isolados”, pois não se sabe ao certo “de quem” eles vieram.

No território brasileiro habitam diversas famílias linguísticas, que também estabelecem parentesco entre si, formando os *troncos* – eles são como aqueles primos distantes, de segundo, terceiro grau, que não se tem muito contato, não se entende muito bem, mas que, ainda assim, são parentes. Existem aqui dois grandes troncos: o Macro-jê e o Tupi. Além deles, existem 19 famílias linguísticas que não possuem similaridades o suficiente para serem agrupadas em troncos.

¹ Quem são?. Povos Indígenas do Brasil. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Quem_são>. Acesso em 10/12/2019.

160

É o número de línguas e dialetos indígenas falados no Brasil nos dias de hoje

No território brasileiro habitam diversas famílias linguísticas formando os troncos. Porém, o número de famílias que não podem ser agrupadas em algum tronco é

19

2

Grandes troncos linguísticos existem dentro do território nacional: o Macro-jê e o Tupi

256

É o

número

de povos

indígenas

contatados

situados

dentro do

território

brasileiro

atualmente

Dentre elas estão, para citar algumas, as famílias Arawak, Karib, Pano e Yanomami².

O genocídio e etnocídio silenciando nossos ancestrais

Algo que talvez chame a atenção é o fato de que o número de povos e línguas não seja o mesmo. Há causas distintas para isso e uma delas é simples: existem grupos humanos diferentes que dividem uma mesma língua. Basta pensar que se fala português não só em Portugal, mas também no Brasil, Angola, Moçambique, etc. A questão é: como as línguas passam a serem partilhadas? São línguas que vieram de algum povo ancestral, que se dividiu em mais de um, porém mantendo um mesmo idioma? Ou foi um processo impositivo?

Há povos indígenas que hoje não falam mais seu idioma ancestral, apenas o português. Não há nada de errado com os indígenas nesta situação: a língua materna não é algo que se escolhe. Eles não estão virando “menos índios” por isto, e não necessariamente foi algo que seus antepassados fizeram espontaneamente, ou por motivação positiva.

Não me parece plausível que grupos inteiros de humanos abram mão de suas línguas por banalidades, por desleixo: crer nisso é absurdo. Se invertermos quem “desiste da língua” e “qual língua se opta”, percebemos o ridículo: imagine um não-indígena brasileiro dizendo: “a partir de hoje, não falo mais em português. Falarei apenas em inglês, e meus filhos terão o *to be* como seu verbo materno, pois

assim que é bonito”. Agora, imagine todas as pessoas de uma rua afirmando o mesmo; imagine então um bairro, uma cidade...

Naturalizar o silenciamento de uma língua é uma das práticas do *etnocídio*: a destruição da alma, da cultura, da identidade. E isto quando o silêncio não era medo de ser morto pelo colonizador: pouco se lembra que se opera um genocídio contra indígenas desde 1500. Tal como nossas vidas, nossas línguas foram e continuam sendo alvo de tentativas sucessivas de dominação. Cada povo resiste da sua maneira: alguns usam a língua ancestral como instrumento de contestação e sobrevivência; outros, de forma não menos nobre, optam pelo silêncio estratégico: calar-se hoje para viver amanhã e, enfim, retomar.

Retomada das línguas ancestrais

A língua é um veículo da cultura, e também parte importante no processo de afirmação étnica e de resistência. O peso e importância de uma língua é afetivo, ancestral e político. Tudo passa pela língua: ela é o contato com o passado e a possibilidade de futuro.

Uma parcela dos povos indígenas tiveram a língua de seus ancestrais roubadas pelo processo colonizatório. Porém, estas rupturas nem sempre são caminhos sem volta.

Para os povos que mantiveram a língua, mas possuem poucos falantes, normalmente os mais velhos, há o empenho em trabalhos de preservação e ensino do idioma para fortalecê-lo. Para as línguas que não possuem mais falantes maternos vivos, é possível re-

tomá-las através dos registros históricos (de vídeo, áudio e texto) existentes da oralidade ancestral do idioma, recuperando tudo o que for possível e, a partir disso, aprender e então ensinar. Por vezes, os registros não dão conta de cobrir toda a gramática e léxico. Nesses casos, o povo pode recorrer a outros idiomas indígenas para preencher o que se perdeu, ou, a partir do estudo sobre como línguas aparentadas a sua funcionam, propor soluções que utilizem unicamente registros da fala do seu próprio povo, mas replicando o funcionamento de idiomas próximos. Há também os casos de empréstimos do português. Quando inexistem quaisquer materiais, há aqueles que optam por aprender a língua de um povo próximo, seja por proximidade étnica, afetiva ou pelo parentesco linguístico. Tudo isso pode ser mediado com a ajuda da academia; a partir da iniciativa autônoma do povo, sem relação alguma com a academia; ou, ainda, realizado por acadêmicos integrantes do povo junto ao seu grupo étnico. As possibilidades não se esgotam no que foi dito, e o que não falta são esforços para conter ou reverter o paradigma de extinção da língua de um povo. Este processo não é algo novo, nem caso isolado no Brasil: a língua hebraica, interrompida por séculos, foi reavivada no final do século XIX e, hoje, possui milhões de falantes maternos. Estes fenômenos ocorrem pelo mundo todo e têm sido cada vez mais estudados para além do caso hebraico. Atualmente, o linguista Ghil'ad Zuckermann tem proposto um campo multidisciplinar da linguística voltado

para os estudos sobre casos de revitalização e recuperação de língua, a *Revival linguistics* (linguística do reavivamento, em tradução livre).

O caso Puri³

Para ilustrar um caso concreto, comentarei sobre o processo de retomada da língua do meu povo: devido a um longo processo de expropriação de terra e perseguição à nossa cultura, o uso do nosso idioma (kwaytikíndo puri) foi interrompido no fim do século XIX. Isso se reverteu no século XXI, inicialmente em Araponga (Minas Gerais), a partir da iniciativa de Jurandir Puri: usando registros de oralidade Puri do século XIX e palavras que sobreviveram na oralidade local, ele traduziu, do português para o puri, canções aprendidas com seu pai, sendo sua primeira tradução o canto *Ho! Puky, ah lekáh Txorê*.

A partir de 2011, Tutushamum Puri, historiador e mestre em educação, iniciou suas pesquisas sobre aprendizado, revitalização e ensino do idioma, tendo como marco inicial dos resultados o canto *Petára*, o primeiro originado contemporaneamente na língua puri. Idealizado por ele, em continuidade ao projeto de retomada linguística do idioma Puri, em 2018 foi composto o Txemím Puri, Grupo de Pesquisa e revitalização da Língua Puri, resgate e preservação da História e Cultura Puri, formado unicamente por Puris, de diversos Estados, do meio urbano e das comunidades rurais. Essa iniciativa autônoma significou um movimento dos Puris em direção a tornar o idioma novamente vivo, para além

3 Esta seção é uma adaptação de: PURI, Txâma Xambé; PURI, Tutushamum. Txemím Puri – Povo Puri. Scribd, 2019. pp. 26-27. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/408586568/Txemim-Puri-O-povo-Puri-Histórialingua-cultura-e-R-existencia>>. Acesso em: 03 de Mai de 2019.

dos cantos, mas também na comunicação dos Puri na atualidade.

Das diretrizes que norteiam o trabalho, fazem parte: a preservação dos sons, estrutura e regras próprios da língua; a importância das informações de cosmovisão manifestadas nos sentidos das palavras e expressões na língua, o vínculo entre sobrevivências de oralidade na atualidade e a oralidade ancestral, o lugar da língua ancestral como elo espiritual e identitário em um povo.

Desde então, o material existente da língua passa por diferentes níveis de análise, dentre eles:

– Compreender os sons de cada registro: a escrita e a pronúncia das entradas nem sempre correspondem à norma escrita do português, por terem sido coletadas da oralidade de nossos ancestrais em momentos históricos diversos, por pessoas de culturas letradas diversas (franceses; alemães e brasileiros), que compilaram os dados seguindo a lógica escrita de seus idiomas;

– Após verificar os sons representados em cada registro, sua escrita é revisada para o acordo ortográfico estabelecido para uso comum do grupo, a fim de garantir o entendimento mútuo entre puris;

– Tradução dos significados: há entradas cujo sentido foi anotado em alemão, francês, espanhol e até mesmo latim, tornando imperativo o processo de tradução para o português;

– Comparação entre versões: há palavras com inúmeras entradas, às vezes

parecidas entre si; às vezes não. Para cada caso, temos um protocolo diferente (referente à relação da palavra com as demais do idioma) sobre como estabelecer as versões. E sempre se reaproveita entradas sobressalentes como material para preencher lacunas de palavras com sentido relacionado.

Buscamos também a identificação dos elementos estruturantes e regras próprias da língua para preenchimentos das lacunas. A língua Puri pertence ao tronco linguístico Macro-Jê, e sua família linguística é composta juntamente ao Koropó e Coroado; sendo este último, dialeto da própria língua Puri, por terem sido os Puris e Coroados originalmente um mesmo povo. Por isso trabalhos produzidos acerca dos Puri comumente se apresentam associados a etnia Coroado. A sistematização da grafia procurou estar em conformidade com a escrita referente ao nosso tronco linguístico.

Existem casos de palavras que sobreviveram ao tempo, cujos registros históricos são aferidos, reconhecidos e confirmados por Puris das regiões pesquisadas, com certa mudança fonológica, natural ao curso de uma língua. É o caso da palavra para “floresta”, que possui dentre os registros a entrada “tschóre”, e chegou na oralidade contemporânea como “txorí”, segundo o acordo atual. Um exemplo de dado que não somente nos alegra, mas que por si questiona a ideia de extinção.

Xindêda Puri é graduado em letras-alemão pela Universidade de São Paulo. Atualmente é mestrando pela mesma instituição e o curador convidado para esta edição do BOLETIM 3X22.

CANTOS PURI

Omí Puri (2018)

Omí puri faháta day ta
ya-moêni yuñún boasé xutéh koyáh
Man ti, ya-moêni faháta day hon?

Man omí tahé tuták,
anséhon bay-txína ta
boasé day tlamúm.

Makím nat man ti faháta day hon?
Txó, ey heróyma; txó, téhon tuták satê:
yuñún faháta ta yuñún ngwê,
téhon anséhon ta tahé-antah tri bay brotxén!

Texto apresentado ao povo por
Xindêda Puri.

Melodia apresentado ao povo por
Tutushamum Puri.

Petára (2011)

Petára, petára, potéh miripôn.
Ximân xutéh, okôra diéh.

Tradução:

Lua, lua, luz da noite.
O caminho é bom, você está no
céu.

Texto e melodia apresentados ao povo
por Tutushamum Puri.

Tradução:

Um puri numa caixa
diz que suas palavras são boas.
Quem é ele, que está na caixa?

Ele é um espírito antigo,
cuja a medicina
caminha na palavra.

Mas por que ele está na caixa?
Veja, minha criança; veja, aquele espírito irmão:
sua caixa é sua cabeça,
aquela cujos os saberes ancestrais torna vivos!

ARTE:

LUGAR DE TENSÃO

ENTREVISTA

COM ANDREIA DUARTE

Andreia Duarte é atriz, educadora, produtora e pesquisadora. Está envolvida em diversos projetos e coletivos ligados aos campos da educação e da arte. Em entrevista ao 3x22, Andreia lança luz sobre algumas questões relacionadas à difusão das culturas indígenas nas sociedades não-indígenas, ao fomento destas culturas e ainda à apropriação cultural.

3X22: Por que conhecemos tão pouco das artes dos povos indígenas? Em sua opinião, isso parte mais de uma ignorância e de um preconceito?

Andreia Duarte: Na verdade e de forma generalizada, a população brasileira conhece muito pouco sobre os povos originários do país. E isso se dá a partir de um processo social e histórico cruel, colonial, que produz ainda hoje um apagamento sobre a diversidade étnica e riqueza humana que habita esse território que passou a ser chamado de Brasil. No entendimento deste contexto, a própria ideia de arte é complexificada, porque arte não é uma denominação indígena, mas de origem branca e europeia. Contudo, existe uma produção estética,

cultural, dinâmica e contemporânea muito ampla na vida dos povos indígenas. A arte, digamos assim, está na vida, na pintura corporal, no canto, na dança, nos trabalhos manuais e tantas outras formas de fazer cheias de ideias, abstrações, sentidos. Da mesma forma, está na presença marcante de artistas indígenas e suas produções no cinema, na performance, na arte plástica e assim por diante.

3X22: Como podemos fomentar o que é produzido pelos indígenas?

A.D.: A questão aqui é até que ponto os próprios indígenas pretendem ser fomentados. Eu já presenciei casos de comunidades negando a coleta de produtos naturais porque isso iria desestabilizar o tempo da



vida deles. Mas também presencio artistas indígenas sendo convidados para fazerem exposições ou para participarem de encontros ou mostras artísticas. Eu penso que cada caso é um caso e que os interesses devem estar explicitados para que cada lado possa fazer sua escolha, seja do ponto de vista do tempo, do mercado, do valor de cada ação e obra, do interesse e da troca. É uma ilusão acreditar que indígenas dependem do fomento não indígenas, como é bobagem achar que indígenas não querem ou não podem circular para onde quiserem. Há uma vida aí a fim de trocar até certo ponto e essa é uma escolha que nem sempre passa pelo mundo não indígena.

3X22: Existem muitas questões quando pensamos em apropriação cultural das obras de grupos minoritários. Um caso em 2015 da empresa Havaianas, em que a marca utilizou grafismos para expor em suas sandálias, configurou uma grande ofensa a muitos indígenas. Como impedir esse tipo apropriação cultural?

A.D.: Apropriação cultural, do ponto de vista da falta da ética, seria uma ausência de reconhecimento sobre o saber do outro. Quando esse valor não é dado e recebe apenas um esvaziamento, traz a ideia de que se pode fazer o quiser com aquilo, inclusive roubar. Mesmo porque a ideia de apropriação cultural surge no contexto mercadológico no qual autoria é produto e moeda de troca. Portanto, se eu uso um saber ou algo que o outro criou, seja de forma

individual ou coletiva, isso significa que eu tenho que fazer um acordo sobre isso. Mas, o caso é que são muitas complexidades que estão envolvidas. Uma imagem de uma pintura no corpo de alguém dentro de um contexto comunitário específico, nunca terá o mesmo significado em uma sandália, mesmo sendo a mesma pintura, como o exemplo dado. Isso significa que uma prática ética poderia ser aquela de tentar entender que essas lógicas carregam questões que não são duais, mas profundamente particulares.

Ainda sobre o exemplo dado, o princípio de um diálogo poderia vir a partir de questões que trazem reflexões, por exemplo: como ser ético perante a um conhecimento ancestral, dinâmico, específico? Seria possível dar valor mercantil a esse saber? Como fazer esse acordo ético entre partes diferentes e com uma comunidade? Há interesse coletivo da comunidade? Qual o benefício desse tipo de troca para a comunidade e para a empresa (se for o caso)? As partes estão cientes das variantes que envolvem o acordo? Etc. De qualquer forma penso que as trocas entre culturas diferenciadas sempre existiram e sempre vão existir, vejo que o problema é quando isso torna algo pejorativo, deliberado, desrespeitando o outro.

3X22: Nos fale de alguns projetos artísticos de indígenas que possam levar o grande público a conhecer mais sobre as culturas dos povos.

A.D.: Existem várias realizações feitas apenas por coletivos ou pessoas indígenas, mas também por

meio da parceria entre indígenas e não indígenas. Posso exemplificar, a *Rádio Yandé*, que com um viés da comunicação divulga a música e ações indígenas. O festival de música indígena *YbY*, o projeto *Passo Passo Macunaíma* de arte expandida e performance com o artista Jaider Esbell, tal como a mostra artística *TePI - Teatro e os povos indígenas*, que faço a curadoria junto com Ailton Krenak e está previsto para este ano de 2020. O mais importante é saber que o mundo indígena está nas mídias sociais, ocupando espaços diferenciados e de forma ampliada. Hoje o acesso a informação é muito mais fácil e possível de encontrar via internet.

3X22: Hoje em dia vemos um grande ataque institucional contra a classe artística do país, o que reverbera em nossa cultura. Como agir para impedir isso?

A.D.: A arte sempre foi lugar de tensão. Hoje a diferença talvez seja as ações mais explícitas contra tudo aquilo que almeja uma outra existência para o mundo e para a humanidade. Então, a barbárie é ter declarações de ódio pulsando violentamente contra o que se opõe a um ideal neoliberal, da centralização do poder e do consumo desenfreado. Mas a arte, tal como os povos indígenas, sempre existiram e sempre vão continuar existindo. Não gosto da ideia de heroísmo, porque parece que superamos tudo e contra todos. Não é bem assim. Existe muita pressão para a desistência, tal como, vejo muita gente trabalhando.

Enquanto artista, penso que a criação é um lugar que expande e possibilita o ser no mundo, portanto, é algo que essencialmente me faz continuar.

3X22: No Brasil, vemos que a arte nacional é muitas vezes desvalorizada em decorrência de uma exaltação do que vem do exterior, não faltam exemplos de filmes e livros disso. Você acha que podemos no futuro ver a arte indígena entrando cada vez mais na cultura do brasileiro e mudando essa percepção coletiva de que tudo que é produzido aqui não é bom?

A.D.: No meu entendimento, aqui, entra menos uma discussão de um mercado da arte que ilumina por meio dos financiamentos e diferencia aquilo que é Europa ou “eixo norte”, do resto. Essa é a mesma crueldade que inviabiliza até tornar os outros mais um, o sem valor, o nada. O que eu penso é que a percepção artística no mundo indígena é a possibilidade de rever a própria ideia de criação e na vida. Porque essa forma de fazer nos dá a oportunidade de vivenciar experiências em um tempo dilatado, que amplia as relações, trazendo outras formas de intuir a existência. Sobre o homem, a natureza e o mundo. Então, o que eu penso é que seria incrível se a segurança da ocidentalização mundial pudesse ampliar o próprio paradigma a partir do mundo indígena. Talvez essa seja hoje uma questão que me interessa e que vejo tão explícita naquilo que podemos denominar de arte indígena contemporânea.





ARTISTA CONVIDADA: ROSI ARAÚJO

Este boletim é o resultado de uma rede de alianças e colaborações. A artista plástica Rosi Araújo, que nos cedeu a reprodução das suas telas, é uma dessas alianças com as quais temos a felicidade de contar. Rosi é a autora de uma obra extensa e diversa, constituída de imagens que trazem aos nossos olhos a sua bonita perspectiva de vida e história. Seja nas formas típicas indígenas, seja com paisagens do mundo, Rosi cria suas cores da terra, com pigmentos naturais advindos do carvão, da argila e do jenipapo, dentre outras matérias, dependendo o mínimo de industrializados. Assim, com sua criação e tradição, Rosi aponta ao mundo outras maneiras não só de fazer artístico, mas também de vida.



nós precisamos

DE VOCÊ!

A Redacção do **BOLETIM 3X22**, a fim de cultivar a pluralidade em suas publicações e estimular a produção cultural, busca por produções artísticas e/ou intelectuais externas e independentes para divulgar em suas páginas.

Se você quer divulgar artigos, ensaios, poesias, crônicas, fotografias, pinturas ou qualquer outro tipo de produção científica, literária e/ou artística com um formato que permita sua publicação em nossas páginas, envie um e-mail com o assunto “Colaboração - seu nome” para o endereço 3vezes22@gmail.com.

A Redacção

